



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 367 - DE 01 A 15 DE DEZEMBRO DE 2008 - R\$ 2,00

Os trabalhadores devem se preparar para o pior da crise capitalista.

O governo Lula engana quando diz que a crise não atinge o Brasil.

É preciso organizar a resistência contra as demissões e o arrocho!



Ceará: greve dos professores pelo piso salarial

Apesar da comemoração da imprensa, miséria da maioria continua

**20 de Novembro - Dia da Consciência Negra:
Contra toda opressão racial, levantemos
a bandeira da Revolução Proletária**

Bolívia: o PSTU critica o POR com base na ignorância

Passos da crise no Brasil

O governo Lula tem semeado a ilusão de que a crise econômica mundial não afetaria o Brasil, que é apresentado como um país de sólidas bases econômicas. Foi repetido pelas direções sindicais, que apoiaram as medidas do governo de salvaguarda dos capitalistas. O fato é que em poucas semanas a crise se fez sentir e atingiu vários setores, principalmente a produção industrial.

Os trabalhadores não devem se deixar levar pelos discursos do governo e das direções sindicais que o apóiam. Os capitalistas e seus governos farão de tudo para despejar o custo da crise sobre as massas, com desemprego, arrocho salarial e cortes de direitos. É preciso preparar a resistência à ofensiva capitalista.

Redução das vendas de veículos: 47 mil em férias coletivas

A redução nas vendas de automóveis causada pela crise econômica mundial levou as montadoras a darem férias coletivas a 47 mil funcionários pelo país (exemplos: 3 mil na Fiat, 1800 na Volks do paraná, as 3 unidades da Ford). São 41,6% da fôrça de trabalho do setor. Segundo dados do Banco Central, no mês passado, houve redução de 39,9% nas operações de crédito para veículos, 13,7% no crédito pessoal e 7,9% na aquisição de bens. Os p teos das montadoras estão abarrotados de veículos. Nem mesmo a liberação pelo governo de R\$ 91 bilhões em depósitos compulsórios aos bancos impediu que se manifestasse a forte retração do consumo no país.

Duas empresas do setor de autopeças, a TI Automotive e a Parker Hannifin - Divisão Filtros, anunciaram recentemente a concessão de férias coletivas para trabalhadores de São José dos Campos (SP). As férias coletivas nas empresas de auto-peças seguem a onda das montadoras.

Já se prevê uma retração das vendas para este ano, de 3 milhões de veículos para 2,85 milhões. No ano de 2009 deve cair ainda mais. As férias coletivas são um primeiro passo das montadoras para se adaptarem à crise. Caso as medidas de liberação de crédito do governo não adiantem, então virão as demissões (a GM de São José já anunciou um novo PDV – Plano de Demissões Voluntárias). E que tendem a se espalhar por toda a cadeia produtiva, a partir das autopeças.

Dificuldades no setor agrícola

O governo injetou R\$ 13 bilhões no financiamento do plantio da safra deste ano. O CMN (Conselho Monetário Nacional) tem anunciado linhas de crédito ampliadas para produtores de leite e café, a juros reduzidos. Mas o agronegócio já reivindica mais crédito para o período da colheita e da comercialização.

O setor de grãos ainda não sofreu diretamente o baque da crise mundial, já que tem sua próxima safra vendida. Seus problemas começam na redução do consumo mundial, na redução geral de preços das matérias-primas e no esgotamento do crédito fácil, que antes da crise abundava.

A crise também impôs um novo freio nos projetos de expansão da produção de a  ar e de  lcool. Segundo cálculos do setor, pelo menos 47 projetos de implantação de novas usinas foram adiados. No ano passado, havia a estimativa de que

140 usinas seriam implantadas até 2015. A previsão caiu para 93.

A restrição de crédito e a redução do comércio internacional pressionam pela redução do investimento. Apesar da possibilidade de um excesso de grãos inundar o mercado e pressionar pela queda dos preços, os produtores reivindicam do governo uma intervenção para sustentá-los. Ou seja, mais subsídios. A alta do dólar pode pressionar no sentido do aumento de preços no mercado interno. As tendências são de safra menor e preços mais caros a partir do ano que vem. E também desemprego.

US\$ 13 bi saem do país por causa da crise

A saída de dólares do país em dois meses de agravamento da crise internacional de crédito já supera os US\$ 13 bilhões na conta financeira do fluxo cambial. O número é a diferença entre os dólares que entraram e os que saíram do país no período, excluindo o comércio exterior. Considerando esse último fator, que inclui principalmente os dólares que entram por meio da balança comercial (exportações menos importações), o resultado negativo cai para US\$ 7 bilhões. Só nas três primeiras semanas de novembro, já fugiram para o exterior US\$ 2,6 bilhões (saíram US\$ 5,18 bilhões na área financeira e entraram US\$ 2,54 bilhões pela balança comercial).

A fuga de dólares   consequência da necessidade dos investidores pagarem parte de suas perdas nas bolsas de valores nos EUA, Europa e Japão. Revela que, ao contrário do que diz o governo Lula, aumentou a dependência do país em relação   economia mundial. A cada queda nas bolsas de fora, centenas de milhões de dólares são resgatados e sacados do país.

Resultado: escassez de dólares leva a elevação do dólar em relação ao real.

Governo gasta 48 bilhões para segurar o dólar e não consegue

O Banco Central já fez atuações no mercado de câmbio no valor de US\$ 48,5 bilhões entre os dias 19 de setembro e 21 de novembro para segurar a disparada do dólar. Resultado: o dólar foi a aplicação que mais rendeu no mês: 5%.

O volume de recursos gastos pelo governo revela que as reservas cambiais, ainda que pudessem ser imediatamente resgatadas junto ao Tesouro dos EUA, não são p reo para a desvalorização do real em curso. Os 30 bilhões anunciados pelo governo de troca de reais por dólares já viraram fumaça.

A alta do dólar tem como consequências: encarecimento das mercadorias compradas no exterior, encarecimento dos insumos e maquinaria importados, aumento da d vida externa, aumento geral dos preços de varejo.

A crise se manifesta no Brasil com toda fôrça.

Utopia reformista: estatização dos falidos

As direções das centrais sindicais e dos sindicatos têm afirmado que a crise tem aspectos positivos: revela a falência do neoliberalismo e a necessidade de uma maior intervenção do Estado na economia, através de estatizações. Ap oiam as medidas do governo para combater a crise, principalmente a possi-

bilidade de compra de empresas em dificuldades. Escondem dos oprimidos que essas estatizações propostas não passam de resgate dos capitalistas falidos. E será feito através de compras de suas empresas falidas e endividadas com o dinheiro público, desviado de gastos com serviços sociais públicos. Ao mesmo tempo em que o governo se propõe a socorrer os capitalistas em dificuldades, planeja uma reforma da previdência que cortará direitos. As dezenas de bilhões de reais entregues aos bancos e empresários não pesam no orçamento, mas as aposentadorias dos trabalhadores pesa. E o governo diz e faz tudo isso com apoio das direções das organizações de massa.

A resposta dos explorados

As conseqüências da crise serão despejadas pelo governo e pelos capitalistas sobre as massas, que terão de reagir e lutar contra o arrocho salarial, o desemprego e corte de direitos.

A saída dos explorados para a crise é a organização de um amplo movimento pelas reivindicações mais sentidas pelas massas, que se choca contra o governo burguês de Lula e os capitalistas. Para enfrentar a crise, é preciso empunhar a defesa de:

- salário mínimo vital de R\$ 2.750,00 para cada família assala-

riada, corrigido automaticamente de acordo com a inflação (escala móvel de salários);

- escala móvel de horas de trabalho – fim do desemprego com a divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar;
- estatização sem indenização e controle operário de todo o sistema financeiro e das fábricas;
- terra aos sem-terra, fim do latifúndio, estatização sem indenização do agronegócio e controle operário da produção e distribuição de alimentos;
- Saúde, educação, previdência e moradia a todos, fim das redes particulares, sistemas únicos públicos;

Essas e outras reivindicações devem se ligar à luta pela expulsão do imperialismo, não pagamento das dívidas externa e interna, nacionalização de todas as empresas estrangeiras, monopólio do comércio exterior.

A realização plena desse programa depende da luta pelo fim do capitalismo, através da revolução proletária e de um governo operário e camponês. O instrumento para isso é o partido operário revolucionário.

Campo

Concentração e desnacionalização

Há duas décadas, a estrutura fundiária no Brasil vem expressando o poderio dos monopólios estrangeiros e do grande capital financeiro (nacional e internacional). O agronegócio, multinacionais, bancos e o mercado financeiro impuseram uma política agrícola e ocuparam terras em todas as regiões do país. Os governos legislam em favor desses setores, ampliando a concentração e a desnacionalização. Dois dados governamentais explicitam: 1,6% de proprietários controla 46,7% das terras; 31.194 fazendas estão em nome de pessoas estrangeiras e 2039 são empresas estrangeiras. O governo se limita a dizer que não há condições de um controle sobre os especuladores e empresas estrangeiras que tomaram posse de terras. As multinacionais se escondem, muitas vezes, por detrás de empresas brasileiras na aquisição de terras. O fato é que o campo cada vez mais está sob o poder dos imperialistas. Cada vez mais a burguesia e seu Estado abrem mão da proteção nacional.

Desnacionalização

A partir dos anos 90, com a imposição das diretrizes neoliberais, os especuladores estrangeiros viram nas terras um negócio lucrativo. A lei de mercado veio à tona com o aumento da procura. Isso fez com que o preço da terra valorizasse 131% em seis anos (2001-2007). Grupos de investidores de capital estrangeiro compraram muita terra brasileira. Há um dado: a AIG (seguradora que só não se quebrou com a crise devido ao resgate do governo norte-americano) investiu milhões em uma empresa especializada em comprar terra a baixo preço. A Microsoft, a Google, George Soros e a Precius Woods são mais alguns exemplos da ofensiva do capital imperialista sobre o país.

Os negócios dos capitalistas estrangeiros têm se concentrado na região considerada “nova fronteira agrícola”. A região amazônica é alvo promissor. As terras nos estados do

Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás são almejadas porque não estão diretamente na Amazônia, região que vem sendo denunciada pela devastação da floresta.

Os governos estão sob a pressão do capital financeiro e das multinacionais. O favorecimento ao agronegócio constitui um dos elos dessa submissão. Um pequeno punhado de empresas estrangeiras dita os preços das *commodities* agrícolas, controla o mercado de sementes, fertilizantes, exige facilidades legislativas para expandir seus negócios e dita as regras de exportação. Detentores do monopólio mundial da produção e comercialização agrícolas passaram a se estabelecer nas semicolônias, comprando terras, a exemplo do que ocorre no Brasil.

Concentração

A concentração de terras nas mãos de poucas empresas é um fenômeno recente. A estrutura fundiária no Brasil sempre foi marcada pela concentração de terras. O latifúndio foi a forma colonizadora imposta pela metrópole portuguesa e serviu como meio para inserir o Brasil na ordem capitalista na condição de colônia exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas. As sesmarias, doadas a uma camada de proprietários abastados, e a terra como mercadoria (Lei de 1850) foram instrumentos que favoreceram a concentração. A burguesia agrária nasceu e se conformou em função dos interesses externos. O latifúndio monocultor destinado à produção para o mercado internacional vem se transformando em empresas agro-exportadoras, diretamente vinculadas aos interesses dos monopólios imperialistas.

A política do agrocombustível, assumida por Lula, aumentou a concentração e a ingerência estrangeira. Grandes áreas estão sendo usadas para o plantio da cana. Somas enormes de recursos públicos são empregadas para a expansão da produção do biocombustível. A concentração da propriedade

da terra vem acompanhada da expansão do número de camponeses sem-terra. São 4 milhões de famílias sem-terra; 230 mil famílias acampadas nas estradas, enquanto que somente o corrupto Daniel Dantas (banco Opportunity) detém cerca de meio milhão de hectares de terras no Pará.

Programa agrário da classe operária

A burguesia e seus porta-vozes têm atacado a bandeira do MST de reforma agrária, com o argumento de que nas condições modernas de industrialização do campo essa medida é retrógrada. Levaria à divisão de grandes extensões de terra que exploradas tecnologicamente são altamente produtivas. O que as faria voltar à forma atrasada da economia familiar, de subsistência e de baixa produtividade. Os defensores da agroindústria também se apóiam no argumento de que a agricultura moderna contribui decisivamente para a projeção do Brasil no mercado mundial e compõe parte significativa do seu Produto Interno Bruto (PIB). A tarefa, portanto, é a de avançar a industrialização agrária e superar o atraso do que ainda resta do velho latifúndio. A pequena e média propriedades, nessa visão econômica, também vêm sofrendo alterações e que cabe ao governo apoiá-los institucionalmente e com financiamento. Essa é uma tese de combate ao movimento camponês dos sem-terra e que o tem colocado na defensiva.

O MST responde com o programa da pequena e média propriedades, denominado “novo modelo agrícola, baseado em pequenas e médias propriedades”, cuja produção prioritária é de alimentos e voltada para o mercado interno. Reivindica a “Reforma Agrária clássica, por meio da combinação da distribuição de terra com um projeto de desenvolvimento da indústria nacional, com fortalecimento do mercado interno e distribuição de renda”. Conclui que, na atualidade, o obstáculo para a reforma agrária está no “modelo econômico neoliberal, baseado no capital financeiro”. Esse obstáculo coloca a “luta dos trabalhadores do campo em um novo patamar”. Os “inimigos da reforma agrária são o agronegócio, as transnacionais, os bancos e o mercado financeiro”.

Nessa formulação, o MST considera que a tarefa clássica da reforma agrária permanece e o que muda são os adversários. Quem eram os adversários no passado? Eram os velhos latifundiários, que condicionavam a economia agroexportadora, que mantinham grandes extensões de terras improdutivas e que constituíam historicamente a oligarquia proveniente da colonização e da Lei das Terras. Em grande parte, essa fração burguesa agrária foi se deslocando e dando lugar à agroindústria, que expressa o capital financeiro e as multinacionais.

O MST, ao se referir a um novo patamar da luta, tem em vista que o inimigo fundamental não é o mesmo do passado. Conclui que “a realização da Reforma Agrária e a consolidação de um novo modelo agrícola dependem, antes de tudo, da derrota do neoliberalismo”. Em razão disso, é necessário “um projeto popular para o Brasil, que seja construído a partir das demandas reais da população, por meio da construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional, que priorize a distribuição de renda, a indústria nacional e a prioridade absoluta na geração de postos de trabalho para garantir renda para a população”. Desse conjunto de posições, o único aspecto que mudou é o de que os camponeses têm um novo inimigo.

A reforma agrária, distribuição de renda, justiça social, geração de emprego, desenvolvimento da indústria nacional e projeto popular são oriundos do nacionalismo. Por que proveniente do nacionalismo? Porque corresponde ao programa burguês nos países capitalistas atrasados e semicoloniais, em que se configuraram divisões interburguesas pró-imperialistas e nacionalistas. No Brasil a velha oligarquia agrária, sempre foi identificada como pró-imperialista, ligada à agroexportação. A esquerda nacionalista assumiu para si esse programa e essas relações de classe. O estalinismo seguiu essa trilha.

No nacionalismo, o fundamental está em que a fração industrializante da burguesia (indústria nacional) assumiria a tarefa da reforma agrária, cujo resultado seria a potencialização do mercado interno e integração nele das massas camponesas miseráveis. O último governo que inspirou esperança à pequena burguesia da esquerda nacionalista foi o de João Goulart, com seu programa de Reformas de Base. A ditadura militar se encarregou de sufocar esse movimento e impulsionou as tendências de penetração do capitalismo no campo. Mas foi a partir das décadas de 80 e 90 que agroindústria ganhou força, chegando aos dias de hoje como um negócio atrativo para o capital imperialista.

Notamos que a tese nacionalista da reforma agrária tinha como pressuposto que havia uma fração burguesa progressista que, apoiada pelos camponeses e pela classe operária, iria liquidar a velha oligarquia e dar acesso à terra às massas agrárias. No documento “Elementos sobre a Agricultura”, editado pela Via Campesina, em junho de 2008, à qual o MST está vinculado, não entra em detalhes sobre as relações de classe que envolvem a tarefa da reforma agrária. Mas podemos depreender que é mantida a tese de que setores da burguesia seriam os aliados dos camponeses. A estratégia do “projeto popular de desenvolvimento nacional” implica conservar o poder geral da burguesia sobre a propriedade privada dos meios de produção, da qual faria parte o “novo modelo agrícola, baseado em pequenas e médias propriedades”.

Chegamos ao problema central da reforma agrária concebida pelo MST. Antes de explicá-lo, é preciso voltar à tese de representantes da burguesia de que a posição do MST é retrógrada. O argumento de que a reforma agrária retalhará as terras do país em pequenas e médias propriedades, atingindo a capacidade produtiva, deve ser respondido. De fato, a agroindústria e a agricultura mecanizada em grandes extensões de terras são altamente produtivas. Certamente, para ampliar a acumulação de capital e aumentar a concentração de propriedade. Estamos diante da evidência de que o capitalismo avançou sobre zonas agrárias do sul, sudeste, parte do centro-oeste e nordeste. Como a reforma agrária proposta pelo MST se dá nos quadros do capitalismo, comparece como retrógrada. De fato o é, do ponto de vista capitalista. E não é possível interpretar a reforma agrária do MST sobre outro ponto de vista.

Os defensores da reforma agrária não são capazes e não se dispõem a fazer uma crítica econômica e histórica das teses nacionalistas do desenvolvimento nacional. Frente à extraordinária industrialização de regiões agrárias inteiras e mecanização da agricultura, e com isso o processo de ampla proletarianização no campo, o programa de distribuição de terra para os camponeses se mostra contraposto ao avanço das forças produtivas.

vas. Hoje, mais do que no passado, fica visível que a reforma clássica para ampliar o mercado interno e dar condições de existência aos camponeses não pode ser realizada por nenhum setor da burguesia e muito menos pelos camponeses, ou por qualquer aliança de classe com a burguesia.

Somente o programa do proletariado pode responder às necessidades e interesses de milhões de camponeses. O acesso à terra a esses milhões permanece como central, bem como a proteção de outros milhões de pequenos proprietários e semi-proletários. Trata-se de uma tarefa democrática que o capitalismo semicolonial não resolveu e não mais resolverá. Conclusão: a reforma agrária nacionalista fracassou e comprovou sua falência histórica no Brasil (e em toda América Latina).

O programa proletário de acesso dos camponeses à terra é o da nacionalização das terras, por meio da expropriação revolucionária. Nas regiões agroindustriais, não há necessidade de repartição das terras, a não ser em casos particulares, uma vez

que há o proletário agrícola impor a propriedade social sob seu controle. Nos lugares em que os camponeses lutam pelo acesso, as terras nacionalizadas serão franqueadas. O planejamento econômico sobre o que se deve produzir, sobre o uso do solo e sobre a relação cidade e campo somente é possível se a burguesia perder seu poder econômico e político. Será necessária uma revolução agrária para se alcançar esse objetivo. O que implica a aliança operária e camponesa contra o conjunto da burguesia, que fará de tudo para não ser expropriada.

Logo se vê que a solução dos problemas agrários é uma questão de poder entre a burguesia e o proletariado. A revolução agrária é tão-somente parte da revolução proletária de expropriação geral da burguesia. O trabalho revolucionário no seio da classe operária e camponesa é o de estabelecer uma aliança de maioria nacional oprimida contra a burguesia nacional e a imperialista. Esse trabalho será realizado pela vanguarda que esteja de posse da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Militares brasileiros em território paraguaio

Em 20 de novembro, aproximadamente 30 militares brasileiros de um pelotão da 17.^a brigada da cavalaria mecanizada, sediada no povoado de Amambai, no Mato Grosso do Sul, atavessou a fronteira com o Paraguai no município de Salto del Guairá, Departamento de Canindeyú, supostamente numa operação de combate ao tráfico.

O presidente paraguaio tentou falar com Lula para reclamar, mas este não se fez encontrar. Nem o Itamaraty nem a Embaixada brasileira em Assunção reconheceram o ato e nem houve qualquer explicação diplomática.

O jornal O Estado de São Paulo relatou que um oficial encarregado do pelotão brasileiro pediu desculpas quando um policial paraguaio o advertiu que estavam pisando em território paraguaio. Segundo Giménez (delegado de Polícia), o chefe brasileiro, um capitão, teria dito que não sabia que estava em solo paraguaio.

Independentemente do deslocamento ter sido feito por engano, o governo brasileiro aproveitou para aumentar a pressão sobre o Paraguai. Antes disso, em outubro, o exército brasileiro realizou a Operação Fronteira Sul II na região do Lago de Itaipu. O comandante daquela operação, o General José Elito Carvalho Siqueira, havia declarado numa entrevista à revista digital DefesaNet que “já passou da fase que tínhamos que esconder as coisas. Hoje nós temos que demonstrar que somos uma potência e que somos fortes. É importante que nossos vizinhos o saibam. Não podemos deixar de exercitar e mostrar que somos fortes, que estamos presentes e temos capacidade para enfrentar qualquer ameaça”. <http://www.defesanel.com.br/>

Lula belicoso?

Estas atitudes em face do Paraguai e também a pressão diplomática sobre o Equador em defesa da Odebrecht mostram um governo que está abandonando a demagogia pseudo-esquerdizante do começo, com que Luiz Inácio imaginava liderar os povos latino-americanos no contexto internacional. Queria mesmo até ser indicado para ocupar um assento no Conselho de Segurança da ONU!

O esgotamento das possibilidades de conseguir melhores termos no comércio mundial (DOHA) empurram o Estado bra-

sileiro a se alinhar mais abertamente do lado do imperialismo norte-americano. É nesse contexto que o Brasil retoma francamente sua antiga vocação de sócio prioritário dos EUA. Tem que, para isso, se credenciar como o gendarme da região.

No caso da relação com o Paraguai, Lula foi advertido pela grande burguesia a não repetir a atitude frouxa que teria adotado em relação à Bolívia. De acordo com o grande capital não se pode tolerar que o Paraguai consiga renegociar o preço da energia do Itaipu e nem que se socorra com um pacote assistencialista o Estado paraguaio. A FIESP declarou que o Brasil não é instituição filantrópica. A energia de Itaipu é estratégica para o capital brasileiro, daí ter se transformado este problema numa questão de segurança nacional.

Com relação ao Equador, o Estado saiu rapidamente em defesa da construtora que, no dizer do jornalista Elio Gaspari, não pode impor que o Equador “...esteja condenado a quitar com dinheiro de primeira uma mercadoria de segunda” referindo-se ao fato da hidrelétrica de San Francisco, responsável pela produção de 12% da energia consumida pelo Equador ter um pedaço simplesmente desabado. Assim, uma mera disputa comercial do Estado equatoriano com uma construtora, o Estado brasileiro aproveita para transformar numa crise diplomática.

É claro que, com relação aos brasileiros expulsos por Espanha nos aeroportos ou maltratados pela alfândega norte-americana, o governo brasileiro não teve a mesma reação. Diante destes estados comporta-se como uma gatinho. Em face dos vizinhos menores ruge como um leão.

Na prática, Luiz Inácio e seu governo estão cada vez mais nas mãos da grande burguesia e do imperialismo. Deve por isso mesmo executar a política econômica e militar do interesse destas. Já passou da hora da demagogia esquerdizante. A declaração do general Elito Carvalho é clara: temos que mostrar que somos uma potência. O agravamento da crise econômica tornará o imperialismo mais agressivo não apenas do ponto de vista comercial, mas também bélico. As possibilidades das contradições entre os estados nacionais latino-americanos sofrerem uma escalada tampouco estão descartadas. No capitalismo os Estados servem para proteger os interesses da classe capitalista e essa proteção inclui todos os meios, inclusive os militares.

Questão racial e cotas

A Câmara de Deputados aprovou no dia da Consciência Negra o projeto de lei que institui cotas para o ensino médio e superior federais. A aprovação não foi em plenário. Resultou de um acordo entre lideranças partidárias. Desta vez, até mesmo os ferrenhos opositores, como o deputado e ex-ministro da Educação, Paulo Renato (PSDB), se colocaram a favor do projeto.

Para chegar a um acordo, os governistas tiveram de negociar alterações no sistema de cotas originalmente concebido. Paulo Renato pleiteou que se incluísse o princípio de cota social, de forma a combinar com o critério de cota racial. Resultou no seguinte: os estudantes de escolas públicas terão garantidas no vestibular vagas de 50% nas universidades federais; deste total, 25% serão destinados à cota racial e 25% à cota social.

Os estudantes que se declararem negros, pardos e índios que concorram no vestibular ficarão com 25%. Os estudantes cuja família sobrevive com menos de um salário mínimo a um salário mínimo e meio (salário mínimo = R\$ 415,00 ou cerca de US\$ 160) ficarão com outra metade. Mas o projeto mescla os dois critérios, de forma que aqueles que estão na cota racial também estarão na cota social (de renda).

Paulo Renato justificou o voto do PSDB a favor com o seguinte argumento: “O acesso ao ensino se dá mais por questão social do que racial. A situação de renda é que determina o desempenho diferenciado no sistema de ensino, não o racial.” E nos dá o seguinte dado: entre os que recebem até três salários mínimos, 69% são negros. (*O Estado de São Paulo*, 21/11).

A decisão da Câmara foi questionada e se tornou motivo de novas polêmicas a favor e contra. A autora do projeto, Ideli Salvatti (PT), prometeu derrubar essa decisão no Senado e manter a versão original de cota racial.

O ex-ministro da Educação de Lula, Cristovam Buarque (PDT), acusou a adoção da conta por renda de “uma forma de enganar a população”. Explica: “As pessoas pobres não terminam o ensino médio. Essa cota só será preenchida quando todas as crianças puderem estudar, quando a Bolsa-Família se tornar Bolsa-Escola e quando o ensino médio for obrigatório no país, o que não é.”

A senadora Idelli está de acordo com Cristovam: “Aparentemente, é muito justo, mas é muito injusto.” (*O Estado*).

O sociólogo Demétrio Magnoli faz o seguinte questionamento: “se o projeto aprovado ontem já reserva 50% das vagas para alunos da escola pública e também reserva vagas para estudantes carentes, por que ele estabelece, além disso, subcotas raciais? Responde: “As cotas raciais nada têm a ver com a compensação de desigualdades sociais. Elas servem exclusivamente para separar os brasileiros segundo fronteiras de raça.” (*O Estado*).

Na edição de 27/11 do mesmo jornal, Demétrio Magnoli desenvolve seus ataques ao projeto votado no artigo “Carta aberta ao Grande Chefe Branco”. Refere-se ao deputado Paulo Renato, por ter colaborado com a aprovação do projeto. Comenta a justificativa do parlamentar com a seguinte crítica: “De acordo com ela o projeto não é ruim, pois estabelece cotas raciais proporcionais à composição ‘racial’ da população de cada unidade federativa, de modo que, nas suas palavras, nos Estados com predomínio demográfico de brancos eles terão

chances maiores de ingressar nas universidades. Se entendi, você negociou e aprovou o projeto pois não viu nele desvantagens para a ‘raça branca’”. Magnoli, a partir daí, desenvolve sua crítica em torno da doutrina do racionalismo expressa pelo norte-americano William Du Bois, denuncia a ONG Cidan racialista e aqueles que querem fazer carreira política com a tese racial. Cita uma pesquisa do Cidan, em que “63% da população carioca declararam-se contra as cotas raciais”, para concluir: “(...) as pessoas, independentemente da cor da pele, querem ser cidadãos iguais perante a lei...”

Acreditamos ter resumido as principais posições favoráveis e contrárias que se manifestaram na grande imprensa frente à aprovação das cotas. Temos o seguinte quadro: 1) as cotas devem ser puramente raciais por responder à discriminação particular dos negros e índios; 2) as cotas só servem à redução das desigualdades caso sejam sociais; 3) as cotas raciais são ações afirmativas do Estado para com os negros e índios; 4) as cotas raciais estabelecem uma divisão de raças que não existem e viola o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei.

Estamos diante de um problema real de discriminação econômica e social dos negros e índios. Os institutos que servem à burguesia mostram em suas pesquisas que a população negra sofre discriminações salarial, empregatícia, educacional, cultural etc. Quem não conhece a frase racista, “se é negro é bandido”. No sentido científico, não há raça. No entanto, o racismo é uma prática comum.

A polêmica em torno das cotas esconde o fundamental: o racismo tem sua fonte na divisão de classe. A opressão fundamental do homem pelo homem parte das relações de produção e exploração do trabalho capitalistas. Dela decorrem outras formas de opressão. Desvincular ou abstrair a opressão sofrida pela maioria negra brasileira de sua fonte primária significa esconder os fundamentos de classe do racismo e permitir que essa prática social continue existindo.

As cotas não minimizarão em nada a situação opressiva em que vivem as grandes massas negras, que formam nosso proletariado e campesinato pobre. Nem mesmo impulsionarão o ingresso de um número significativo de negros na classe média, que é o sentido fundamental das cotas. Mas não devemos nos ater à questão quantitativa. O mais importante são os componentes históricos, sociais e políticos.

Históricos: os negros constituíram a maioria trabalhadora no alvorecer do capitalismo na condição de escravos; deram origem ao proletariado; e até hoje formam a massa de assalariados e de camponeses pobres. Sociais: os negros escravos foram arrancados de seu meio e transformados em mercadorias (peças); depois como trabalhador livre não fez senão servir ao capital e padecer de toda sorte de discriminação proveniente da classe burguesa branca. Política: a opressão política sofrida pela classe operária para melhor servir à classe capitalista atinge a maioria negra que a ela pertence.

Os defensores da cota racial advogam que por meio da educação os negros marginalizados terão condições de concorrer no mercado de trabalho e ascender a postos mais elevados. Trata-se de um ponto de vista capitalista de defesa da venda da força de trabalho, portanto da disputa entre assalariados

brancos e negros. A concorrência entre todos os trabalhadores já existe. Se a burguesia discrimina o trabalhador negro, como de fato o faz, há que se lutar contra o capitalismo e não reforçá-lo com a pretensa educação.

Os opositores da cota racial que têm como argumento a igualdade do cidadão perante a lei, não passam de impostores. Não existe essa igualdade. As leis são para garantir a divisão de classe, a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, o direito do capitalista manter o gigantesco exército de desempregados e de sacrificar a vida de milhões com o salário-mínimo de miséria. Esse fundamento econômico e social está na base das leis burguesas.

A igualdade usufruída pelos operários de venderem sua força de trabalho e os capitalistas de pagarem um salário que os mantenham vivos e reprodutivos corresponde à necessidade de funcionamento do capitalismo. A diferenciação que o patronato faz entre trabalhadores brancos e negros, nem sempre visível, é fruto da exploração. São os empregadores que decidem quem será empregado e qual deverá ser o emprego. É no terreno da luta contra a exploração e por sua extinção pela via da revolução socialista que combateremos toda forma de opressão, inclusive a racial.

A colocação da cota social em contraposição à cota racial não passa de uma manobra parlamentar dos opositores. O capitalismo não pode funcionar senão à custa do antagonismo entre pobreza da maioria e riqueza concentrada da minoria.

A política proletária para os negros

Em 13 de maio de 2008, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao governo, soltou um material intitulado “Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição”, que tem como objetivo traçar um perfil das desigualdades raciais e apontar “soluções” para amenizá-las. Alguns meses antes e no mesmo sentido, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), preparou um material destinado às discussões no mês da consciência negra (novembro de 2007), chamado “Escarlante e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos”, que visava a dar subsídios para apontar as principais dificuldades da população negra em relação ao trabalho e ao estudo.

Os dois cadernos de textos têm a virtude de apresentar os dados mais recentes sobre a questão do negro: a situação de miséria e a discriminação racial como elementos de opressão e mais sobre as costas desses trabalhadores. Os dados do IPEA incidem sobre o país como um todo, enquanto os do DIEESE representam uma amostra tomando como base grandes regiões metropolitanas, como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Distrito Federal etc.

Desse último (que trabalha com dados até julho de 2007), podemos concluir que a população negra apresenta maior dificuldade em permanecer e progredir nos estudos: as taxas de analfabetismo podem chegar a ser mais que o dobro da população não negra, como em Recife, onde 4,4% da população negra é analfabeta contra 1,9% da população não negra; ou apenas 3,9% dos negros em São Paulo chegarem a completar o Ensino Superior contra 18,9% de não negros. Também concluímos que as taxas de desemprego são maiores entre os negros,

chamando a atenção, no entanto, o acordo entre defensores e opositores das cotas da tese de redução da desigualdade por meio da educação. O argumento de que os pobres se aproximam dos ricos pelo acesso ao ensino serve para defender a continuidade do capitalismo e nada mais.

Opomo-nos às cotas por se tratar de uma falsa solução, tanto em relação à discriminação racial quanto à desigualdade social. O programa da classe operária une as reivindicações mais elementares (econômicas e democráticas) à tarefa histórica de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A bandeira de fim de toda discriminação capitalista entre brancos e negros - que se concretiza em medidas concretas de trabalho igual, salário igual, fim do desemprego implantando a escala móvel das horas de trabalho, salário mínimo vital, acesso a todos à educação em todos os níveis de ensino, proteção da juventude por meio do trabalho e do ensino de acordo com suas necessidades etc - constitui-se em reivindicações transitórias de luta pelo fim do capitalismo.

Com esses fundamentos e programa, torna-se possível unir a classe operária e demais explorados contra as imposições da burguesia, seu Estado e seus partidos. Nenhuma política de rejeição à discriminação racial será verdadeira e conseqüente se não se voltar para as massas proletárias e camponesas pobres e se não levar à unidade do conjunto dos explorados na sua luta de classe.

atingindo, em Porto Alegre, 18,5% da população negra contra 12,7% da população não negra.

No estudo do IPEA (dados do IBGE de 2006), podemos também notar que os negros encontram-se nos trabalhos que exigem menor qualificação: na agricultura, respondem por 60,3% da mão-de-obra utilizada; na construção civil, por 57,9%; e nos serviços domésticos, por 59,1%, enquanto em setores como os serviços financeiros ou o comércio temos mais brancos (62,5% e 54,5%, respectivamente). Quanto aos salários, são menores para os negros: a remuneração bruta mensal para não negros pode chegar a R\$ 1.092,25, enquanto a média da remuneração para os negros é de apenas R\$ 578,24.

Ainda entre os dados do IPEA, destacam-se duas afirmações relevantes: a) 80% do décimo mais pobre do país é composto de negros, enquanto 80% do décimo mais rico é branco; b) se não é, até 2010, a população negra será maioria absoluta do país, como já ocorrera no século XIX.

No entanto, se os dados têm a virtude de ratificar a opressão secular sobre os trabalhadores mais pobres, os negros, ambos os institutos, vinculados ou ao governo ou a burocracia sindical governista, convergem para uma política mesquinha, reformista: a política das ações afirmativas, as quais, em nosso país, têm se apresentado como a política de cotas.

Diz o IPEA: “Para combater as desigualdades raciais são necessárias mais que políticas universais. São necessárias políticas de ação afirmativa. (...) Dada a existência de racismo pessoal e institucional, as ações afirmativas se transformam no único meio de grandemente reduzir as desigualdades raciais no Brasil”. E o DIEESE: “Levando-se em consideração que a educação, principalmente em mercados de trabalho heterogêneos como o brasileiro, é forte indutora da pro-

gressão social dos trabalhadores, estes dados evidenciam o desafio colocado para o país para melhorar a inclusão social e combater a discriminação racial. Nesse contexto é que devem ser avaliadas as iniciativas de ações afirmativas que tenham como alvo a população negra brasileira”.

Como se vê, os pesquisadores desses institutos, os quais, por sua vez, são porta-vozes do governo, apresentam duas teses fundamentais para defender as políticas afirmativas: a primeira diz respeito à importância “capital” da educação para a progressão dos indivíduos na sociedade; a segunda afirma que as políticas universais não resolvem a questão racial, pois seu resultado é muito limitado na formação de uma “elite negra” ou na ascensão “dos negros à elite do país” (IPEA).

Depreende-se das teses, primeiro, que, por sua natureza, as políticas afirmativas incidem sobre os indivíduos e não sobre a massa mais miserável (os 80% do décimo mais pobre, por exemplo): a educação e as cotas em determinadas áreas objetivam formar uma “elite”. O fato de que a maior parte da população é ou será negra é abstraída em nome de alguns indivíduos que serão selecionados para comporem a elite (a média e grande burguesia do país). Segundo, as políticas universais são subestimadas enquanto a educação é superestimada. Obviamente, tal qualificação para a educação e para as políticas universais reflete o momento atual, de recrudescimento das políticas liberais (ou neoliberais). Trata-se, portanto, de uma qualificação subjetiva, ideológica, que corresponde aos interesses da burguesia contemporânea. Os próprios materiais, do IPEA e do DIEESE, contradizem tal qualificação. Para o IPEA, *“com a universalização da instrução fundamental, o diferencial [entre a população negra e branca que não sabia ler e escrever] foi se reduzindo paulatinamente até que em 2006 quase todos os negros e todos os brancos de 16 anos sabiam ler e escrever, deixando o diferencial em menos de dois pontos percentuais. (...) Não houve, nesse período [de 1976 a 2006], qualquer tipo de ação afirmativa, mas acesso ao ensino fundamental para todos quer dizer, inclusive, acesso para todos os negros”*. Quanto à educação, como “promotora” do progresso social, o estudo do DIEESE é categórico, *“as taxas de desemprego aumentam com a escolaridade tanto para negros quanto para não-negros, até o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto (...) já nos níveis mais elevados de escolarização, a taxa de desemprego cai acentuadamente, quer para negros ou não-negros, como esperado”*.

Essas afirmações, baseadas em dados estatísticos, indicam que: a) as políticas universais, como o Ensino Fundamental para todos, repercutem para todos os negros, pois constituem a maioria da população e (b) que a educação não é promotora de “elevação social”, pois, nas faixas em que se encontra a maior parte da população (do ensino fundamental ao ensino médio incompleto) o desemprego atinge os maiores níveis, para brancos e negros. Mas os pesquisadores-ideólogos apagam essa realidade que eles próprios estudam, e concluem: a educação é promotora do progresso e as políticas universais estão falidas. A conclusão é um reformismo em tempos de neoliberalismo. Querem amenizar a luta de classes que resulta dessa opressão sobre os trabalhadores negros sem ter de gastar rios de dinheiros em políticas universais.

Qual é a condição para tais políticas afirmativas, como a de cotas para as universidades públicas (onde atualmente a escolaridade é fator de “progressão social”), darem “certo”?

Que a maior parte da população continue excluída do ensino superior, pois um deslocamento da massa de trabalhadores que só tem o ensino intermediário (a Educação Básica) significaria um deslocamento também do desemprego e uma desvalorização da força de trabalho entre os trabalhadores desse nível de ensino. Um Ensino Superior para todos “explodiria” a tese de que a educação é fator de ascensão social para os negros, pois se reproduziria nesse nível as desigualdades que se encontram nos inferiores.

Nesse sentido, as políticas afirmativas, para os governistas, representam um mecanismo de contenção para a demanda do ensino superior universal entre a população negra e, ao mesmo tempo, representam as ilusões idealistas, de cunho liberal, de que a educação, por si só, pode acabar com a opressão econômico, cultural e social que foi despejada durante séculos sobre os povos negros, vindos da África.

Em outras palavras, essa é a política governamental (burguesa) para “resolver” a desigualdade do país: mantê-la sob nova roupagem, de “inclusão social”. As cotas são a concretização dessa política e o contraponto às políticas universalistas, que alguns setores da pequena e média burguesia poderiam levantar para resolver “pacífica” e “gradualmente” o problema do negro no país. Por esse prisma, as cotas são o que há de mais reacionário numa política burguesa para a educação.

Como os reformistas de plantão (do governo e dos sindicatos) têm diversos fios com os movimentos sociais do país, a maior parte do movimento negro acredita nessas políticas afirmativas e vêem nelas a saída imediata para amenizar a opressão sobre o negro. É um erro.

Demonstramos que o “sucesso” das políticas de cotas seria a manutenção da opressão sobre a maior parte dos trabalhadores do país, a população mais pobre, negra. Além das falsas teses que sustentam tais políticas, elas partem do pressuposto que se trata de uma minoria do país, quando estamos falando da maior parte da população brasileira.

Uma política para a maioria não pode vir da burguesia branca (o décimo da população que é detentora dos meios de produção e exploradora da força de trabalho negra e branca). Uma política conseqüente para arrancar à raiz toda opressão racial e de classe só pode vir de quem encarna os interesses da maioria e responde pela criação das riquezas produzidas no país, o proletariado. A classe operária, que é, em sua maioria, negra tem um programa que se opõe à manutenção da opressão, como a política de cotas, e se opõe à incorporação gradual e pacífica dos oprimidos ao sistema capitalista (que se baseia na opressão de classe).

Esse programa combina tarefas democráticas, como a defesa intransigente de Educação pública, para todos, em todos os níveis, laica e vinculada à produção social, com bandeiras socialistas, como o fim de toda exploração da força de trabalho, através do controle operário da produção. Essas e outras bandeiras constituem a essência da política de destruição do capitalismo e de sua classe dirigente parasitária, que é a burguesia branca em nosso país e no mundo. Sem erguer essas bandeiras e sem assumir a política proletária, qualquer política para os negros continuará sendo uma farsa para mantê-los sob a opressão e a exploração. A política revolucionária é, em nosso país, a única política verdadeiramente negra.

Grande imprensa comemora diminuição do racismo, mas a miséria da maioria continua

Com o título de “O Racismo Confrontado”, a Folha de São Paulo preparou um caderno especial no dia 23 de novembro para discutir a questão da discriminação racial. Chamou diversos intelectuais e personalidades com intuito de debater os dados de uma pesquisa recente do Instituto Datafolha sobre a “percepção” do racismo no Brasil. Além disso, trouxe a público dados já conhecidos relativos à escolaridade, emprego e salário da população negra em comparação com a população não negra.

Nos mais de quinze artigos e entrevistas, aparecem basicamente duas visões opostas e complementares: a de que a discriminação racial, como um traço cultural, diminuiu nos últimos dez anos e a de que, embora tenha havido avanços econômico-sociais, a população negra é ainda a mais miserável, a que ocupa os postos mais desqualificados de trabalho e que apresenta a menor escolaridade.

Entre os aspectos que desenvolve no caderno, destaca a questão das cotas, como “essenciais”, e as medidas de FHC e Lula em relação às “desigualdades raciais”, como “progressivas”. Apresenta também positivamente o papel dos movimentos negros para a concretização dos avanços.

Ao observar toda essa discussão que a *Folha de São Paulo* e a imprensa burguesa realizam no mês de novembro (mês da Consciência Negra), só podemos concluir que o sistema capitalista pretende continuar oferecendo migalhas aos mais oprimidos para que eles não se revoltam com sua situação de miséria. Pois vejamos:

a) quanto à questão de “renda e emprego”: os artigos demonstram que houve uma melhora da condição econômica da população negra em relação à década passada, mas esquecem de apontar a situação de miséria em geral dos trabalhadores no país. Só dois dados são suficientes para demonstrá-lo: a taxa de informalidade (trabalho sem “carteira assinada”) em 2004 respondia por 40% da renda nacional (dados da consultoria McKinsey); e, em 2007, segundo o IBGE, a renda média do brasileiro foi de R\$ 863,00. Esses dados em comparação com outros países atrasados ou imperialistas já demonstrariam a miséria da massa assalariada do país; entretanto, a imprensa busca comparar a condição de vida do trabalhador negro com o branco para ressaltar a “discriminação”. Para a *Folha*, quanto

à informalidade, o trabalhador negro responde por 62,7%, enquanto o branco, por 47,4%; quanto ao salário, a renda média do branco é R\$ 977,00 e do negro é R\$ 506,00. Vemos que a diferença é puramente quantitativa, pois não se reflete numa alteração na condição de miséria e exploração dos trabalhadores. O fato de ser negro ou branco no Brasil não é condição suficiente para ascender socialmente. A verdade é que quanto ao trabalho, a maior parte da população é explorada brutalmente. A “desigualdade social” de que tanto falam os economistas e intelectuais é reflexo dessa situação de superexploração do trabalho. A nossa força de trabalho recebe os piores salários do mundo e é atingida por uma das taxas mais altas de precarização das relações trabalhistas (chamada pelos economistas de “informalidade”). Tal situação é comum a todos os trabalhadores, brancos e negros, ainda que esses últimos sofram ainda a opressão social do racismo.

b) quanto à questão da educação: as entrevistas e textos querem reforçar que a imagem de que as cotas, apesar de serem um “mal”, são necessárias para criar uma “elite” negra no país, ignorando que a condição econômica ainda é o maior entrave para o acesso aos níveis mais elevados da educação. A média de estudos dos 20% mais ricos é de 10,2 anos enquanto dos 20% mais pobres é de apenas 3,9; em relação à cor, a diferença é menor: brancos com mais de 15 anos têm em média 8,1 anos de estudo, já os negros têm 6,2 anos (dados do IBGE publicados em 2007). A média de escolaridade do brasileiro em 2006 não atingiu os oito anos, que correspondem ao Ensino Fundamental. Desse modo, quando a *Folha* salienta que houve um aumento de 18%, em 1995, para 31% de negros, em 2007, no ensino superior, demonstrando que ainda o número é muito pequeno em relação aos brancos, obscurece o fato de que a educação para os mais pobres, sejam negros ou brancos, no Brasil ainda é ultra limitada e o número de universitários reflete essa realidade (apenas 17,5% da população em 2007). Como já dissemos em outro artigo do Massas, uma política para uma minoria, como as cotas, não resolve o problema da maioria, que é negra e pobre; na verdade, impede que a solução se coloque, que é a universalização do ensino, em todos os níveis. Tarefa que a imprensa burguesa jamais levantaria.

c) quanto à questão da identidade cultural: nesse ponto, as entrevistas e comentários dos intelectuais é que se destacam, mostrando o quanto há de subjetivismo e idealização quando se fala do racismo. Apesar de quererem afirmar que a ideologia da “democracia racial” (propagada a partir da década de 30 no Brasil) é uma farsa, constroem todos os discursos apontando para um enfraquecimento da opressão social sobre o negro, como se a adoção de certas práticas culturais, por si só, retirassem toda a opressão sobre as costas dos trabalhadores mais miseráveis do país. Isso sim é uma farsa e das mais “sutis”, como diriam os intelectuais burgueses. A raiz da opressão social sobre o negro provém da história de sua exploração econômica. Tendo servido, primeiro, como mão-de-obra escrava foi incorporado ao trabalho assalariado na condição de trabalhador desqualificado e em competição com os trabalhadores pobres brancos (maior parte, imigrantes europeus). Compondo a maior parte do campesinato rural e do proletariado urbano não pôde lutar contra os seus antigos/novos “senhores”. Passou das mãos dos fazendeiros para a mão da burguesia nacional. A opressão social que vive teve origem nessa exploração econômica, que nunca se alterou. A possibilidade de amenizar ou romper com a opressão social é dada pela luta em torno da exploração econômica. Não é à toa que todos os entrevistados da *Folha* são unânimes em afirmar que a discriminação diminuiu na medida em que a condição econômica se eleva. Aí está a chave da discriminação ao negro no Brasil que nem a imprensa, nem os governos irão utilizar, pois resolver o “problema” econômico seria lutar contra a exploração do capitalismo. Significaria, portanto, uma luta revolucionária.

Por isso, levantamos no início que todo o blá-blá-blá da imprensa sobre a discriminação racial tem como objetivo, em última instância, ocultar as suas raízes e, portanto, mantê-la, oferecendo migalhas para abafar a revolta dos oprimidos. A classe operária negra não quer mais sofrer a opressão social, mas sabe que, para isso, precisa lutar contra a exploração econômica. A luta contra o racismo só pode ser uma luta revolucionária contra a imprensa burguesa, contra os governos burgueses e contra o capitalismo. Uma luta pela Revolução Socialista.

Ceará: greve dos professores

Os professores estaduais do Ceará decidiram entrar em greve em defesa do piso salarial, da progressão e da redução da jornada. A assembleia do dia 27 rechaçou o projeto de piso estadual do governo Cid, que desconheceu até mesmo o piso do governo federal, de R\$ 950,00.

A burocracia sindical da Apeoc e do Sindiute, que tem compromissos eleitorais com Cid, não pretendia a greve, considerando-a precipitada. Mas a assembleia massiva não aceitou esse argumento e decidiu lutar pelas reivindicações. A situação do magistério cearense tem se agravado, como de resto vem ocorrendo em todo o país. Há o agravamento da crise econômica mundial que já atinge o Brasil. Tudo indica que os capitalistas a descarregarão sobre os trabalhadores, com desemprego e arrocho salarial. A greve dos docentes é também um prenúncio de que é preciso defender-se dos ataques que virão.

O desconhecimento de Cid sobre o piso previsto pelo governo federal, que é muito baixo, é um indicador de que o Estado economizará com educação, saúde etc. para proteger os capitalistas.

Quanto aos desemprego e a jornada exaustiva, é importante ter claro que a solução é a escala móvel das horas de trabalho. A luta pelo emprego deve estar voltada a todos os empregados e desempregados do país. Nenhum setor, isoladamente, conseguirá a redução. A escala móvel unifica a luta dos trabalhadores contra a chaga do desemprego e da jornada estafante.

Boletim da Corrente Proletária na Educação / POR

Governo Cid impõe miséria ao professorado com mensagem (7.039) do falso piso!

Preparar a greve na categoria e defender um piso salarial de R\$2.750,00! (início de carreira) e Redução da jornada de trabalho para 20h para que haja emprego a todos os professores!

O governo Cid, eleito com apoio da CUT, Apeoc e Sindiute, enviou mensagem ao Legislativo estadual para aprovação do “piso do governo do estado”. A mensagem enviada não toca nos míseros 1/3 de jornada fora de sala e nem na definição dos R\$ 950,00 para a referência 1 (ensino médio) na tabela de vencimentos do magistério estadual. As direções Sindicais diziam e dizem que o piso de R\$ 950,00 e o 1/3 fora da sala de aula é progressista e por isso deveria ser apoiado por todos. Diziam ainda que era preciso confiar no governo e pressioná-lo para mudar de posição (retirar o apoio a ADI movida por 5 Governadores contra a Lei 11.738 - lei do piso - no STF). Assim evitavam, a todo custo, denunciar o governo como inimigo dos trabalhadores. Porém a adesão de Cid à ADI contra o piso nacional e o envio de uma mensagem contendo sua “proposta de piso” para ser aprovada a toque de caixa da Assembleia Legislativa desmascararam de vez a burocracia que alimentava as ilusões no governo cambéista e a coloca numa sinuca de bico: apoiar

o governo inimigo de lasse de Cid Gomes e ao mesmo tempo aumentar a pressão sobre este! Eis a enrolada para a qual as direções querem atrair os professores!

Mesmo não podendo mais fazer a defesa aberta do governo, como antes, as 7 entidades sindicais a frente do comando de lutas fazem de tudo para impedir que os professores de base se expressem nos atos, manifestações, assembleias etc. Também combatem, a ferro e fogo, a idéia de um comando eleito na base para dirigir as lutas. Por aí se vê que as direções não querem greve ou luta mais séria, pois afinal estão no governo Cid, embora seja cada vez mais difícil sustentar que podem demover o governo de sua posição de não implantar o piso a partir de simples pressões, audiências etc. Enquanto isso o tempo passa e o desmonte do movimento vai ficando evidente. É preciso aprovar um plano de lutas, com manifestações, bloqueios de rua e ocupação de prédios públicos já! Arrancar a democracia nos atos e assembleias, envolver os estudantes e

construir a greve geral já!

As direções da CUT, Apeoc (PT/ Penha) e Sindiute (Corrente O Trabalho do PT) estão unidas na defesa do miserável piso de R\$ 950,00 com 1/3 fora de sala de aula, que nunca foi aprovado por fórum nenhum no movimento. A aqui-pelega CNTE rasgou a deliberação do seu último Congresso, onde se defendia um piso de R\$ 1.575,00 (nível superior) e jornada de 50% fora de sala de aula, para negociar uma miséria com Lula que resultou na lei do piso que hoje sequer é aceita pelos governos da direita (PSDB e cia.). A categoria não pode se deixar arrastar pela luta de duas frações da burguesia nacional em torno do piso: de um lado Governo Lula/PDT/PT/PMDB a favor da lei do piso e de outro o os governadores do PSDB/PMDB/DEM. Precisa defender sua proposta independente da luta entre Governo e Oposição. A Corrente Proletária na Educação/POR defende um piso de R\$ 2 750,00 (início de carreira) e redução da jornada de trabalho para 20h semanais para que haja emprego a todos os professores.

Professores-SP

Serra golpeia professores

O governo impôs um decreto para responsabilizar os professores pelo desemprego em massa. Quer, por meio de uma prova, selecionar os que ficarão na condição de temporário e os que serão demitidos. Com isso, livra-se do peso de deixar sem trabalho mais de 100 mil professores e o coloca para os que não forem classificados a responsabilidade de seu próprio desemprego. Os milhares de professores serão rotulados de incapazes por não saberem décor e salteado a cartilha da Proposta Curricular. Serra se pinta de democrático diante da situação da rede pública que se tornou estreita para uma volumosa mão-de-obra apta para o trabalho. A solução do governo foi a de pôr em prática a lógica do mercado capitalista, que é concorrencial e seletiva. Os professores concorrerão entre si para uma vaga temporária, que poderá ser por um ano ou substituições por períodos mais curtos. O salário, na melhor das hipóteses, ficará na média de 950 reais. Posando de rapina, diz que “a disputa por uma vaga promete ser acirrada”.

A raiz do problema

Dois fatos levam à raiz do problema: 1) 102 mil professores estão trabalhando na condição de OFAs e eventuais. Estão nas escolas com aulas livres, substituições e preenchendo a falta de professores no dia-a-dia. Entre os OFAs, há os que têm o vínculo com a previdência estatal (SPREV) e os que já foram transferidos para o INSS, porque ficaram sem aula por alguns meses. Entre os eventuais, há os formados e os estudantes de último ano das universidades, que recebem por hora-aula e um valor menor que os OFAs; 2) 114 mil professores querem trabalhar, mas estão fora da rede. Boa parte já concluiu a licenciatura ou está prestes a terminar.

A política do governo tem sido a de fechar salas de aula, superlotar outras e extinguir a EJA. A cada ano, menos aulas são oferecidas aos professores. Fato que começou a atingir os concursados, que completam seu cargo em mais de

uma escola. O governo tem a caneta voltada ao corte de recursos da educação. Quando o país e o estado comparecem crescendo economicamente, a educação pública não vê a cor desse dinheiro. Os salários permanecem baixos, os direitos são eliminados, a aprendizagem é quase nula e milhões de adolescentes não têm acesso ao ensino médio. Nos momentos de crise, como esse que desponta, os governos agem com mãos de ferro para cortar “gastos” destinados à educação.

Como se vê, o problema é de ordem econômica. Não há trabalho para todos os professores, embora haja uma massa de jovens e adultos fora da escola. A solução de Serra, diante dessa realidade, foi a imposição do decreto da prova, portanto o decreto da demissão. De nada valerá o professor acertar todas as questões da prova, se não houver aula, estará desempregado. Mas Serra quer que o professor assuma a pecha de incapaz ao ser demitido.

Burocracia e PSTU aceitaram as decisões do TRT

A greve de 21 dias teve como centro a derrota do decreto da prova. Em todas as assembleias, os professores votaram contra a prova. O governo não cedeu e a burocracia da Apeoesp aceitou as condições impostas pelo TRT, entre elas a suspensão da greve e negociação com o governo sobre os critérios da prova. O PSTU se aliou à burocracia, utilizando o argumento contábil de que várias subsedes da Apeoesp haviam aprovado o fim da greve. A partir daí, compôs com a burocracia a comissão de negociação no TRT. Resultado: o professorado refluíu e o governo manteve a prova com os critérios da burocracia da Apeoesp. Agora, diante do assustador desemprego, correm atrás para que o governo remende um ou outro aspecto (contagem de tempo de serviço). A suspensão da greve ajudou o governo a impor o decreto da demissão. A todo momento dizem que suspenderam a greve porque não havia mais condições de mantê-la. De fato, havia

muitos problemas e o maior deles era a necessidade de ganhar a confiança do professorado que retomava o trabalho. Para ganhar a confiança, teriam de modificar o curso do movimento grevista. Por razões diferentes, nem a burocracia e nem o PSTU estavam dispostos. As assembleias posteriores ao acordo com o TRT e o ato do dia 28 de novembro foram desconsiderados pela maioria dos grevistas. Sem luta, ficou mais fácil para Serra golpear o professorado.

Desespero dos que necessitam derrotar milhares para conseguir uma vaga

A maioria dos OFAs sente que o emprego está por um fio. Uma parte despolitizada procura uma fórmula para não precisar concorrer com os 114 mil que querem entrar na rede. Outros milhares correram para os cursos preparatórios. Há cursinhos por todos os lados, pagos ou não. Aproveitando o desespero dessa parcela do professorado, a burocracia da Apeoesp incentivou que as subsedes oferecessem aos associados os tais cursos. Os que suspenderem a greve, negociaram os termos da prova no TRT e os que se recusaram a retomar a luta contra o decreto sentem na obrigação de amparar os desesperados. Querem mostrar que são responsáveis e não deixam na mão os que estão precisando. Outros pretendiam combinar os cursos com a mobilização, chamando para que paralisassem as aulas no dia 28 para o protesto. Mas no ambiente dos desesperados, só prevalece a concorrência. Usar o curso para conscientizar da importância da luta deu com os burros n'água. Nos cursos, os professores exigem aulas para que possam eliminar outros na “disputa acirrada”. O individualismo, a concorrência e a pressão do desemprego falam mais alto.

Posição do Corrente proletária/POR

A corrente proletária impulsionou a greve para derrotar o decreto da demissão. Defendeu a continuidade da paralisação quando a burocracia e o PSTU

já tinham selado o acordo com o TRT. Denunciou-os por trair a decisão das assembleias, que rejeitou o decreto da prova. Propôs modificar o rumo da greve, por meio de um comando de greve eleito em assembleia (rechaçou o comando do Conselho de Representantes, composto de uma parcela de fura-greve), piquetes nas escolas e assembleias de rua diariamente. Criticou a farsa do “estado de greve”. Mas tudo isso foi combatido pela burocracia, que teve a maioria na assembleia que suspendeu o movimento. Resultado: o professorado refluíu e o governo fortaleceu para

impor o decreto com os remendos da burocracia.

Coerente com essa posição, a Corrente Proletária não participou da elaboração dos cursos preparatórios para a prova. Criticou as correntes que defenderam a continuidade da greve, mas se colocaram por preparar uma parcela da classe para derrotar a outra parcela e, por problemas morais, sentem-se “responsáveis” por ensinar a cartilha. Continuou defendendo nas assembleias e para o conjunto dos professores de que era preciso retomar o movimento para impedir a execução da prova. Sabia de

antemão que dificilmente poderia reverter a situação, quando uma greve foi suspensa sem conquista. O fundamental está em que não se curvou diante do acordo da burocracia com o TRT e permaneceu e permanece dizendo que o decreto da prova é para demitir, porque não há emprego para todos. Hoje, o decreto atinge o professor temporário, certamente, mais para frente, novos decretos virão contra os concursados. Por isso, derrotar o decreto era frear a ofensiva dos governos de demissão e eliminação da estabilidade (estágio probatório).

CER de 28/11: Para ... ?

No dia 28/11, a diretoria da APEOESP chamou um Conselho Estadual de Representantes (CER). Nele apresentou Resolução da Secretaria da Educação (nº 83 de 25/11) com nova proposta de grade curricular. Como a Corrente Proletária na Educação já havia anunciado, o governo reduziu ainda mais o número de aulas de algumas disciplinas no Ensino Médio. No período diurno, retira aulas de Educação Física, História e Geografia. No período noturno, retira aulas de História e Língua Estrangeira Moderna (inglês). Isso para “garantir” aulas de Sociologia e Filosofia, consideradas como obrigatórias.

Na realidade, o governo retira aulas para garantir as novas disciplinas de maneira precária, pois Sociologia terá apenas 1 aula na 1ª série e 1 aula na 2ª do Ensino Médio. Ou seja, perdem as disciplinas de História, Geografia, Educação Física etc. e não ganha praticamente nada a de Sociologia, já que o professor não conseguirá completar uma carga num único período e numa única escola.

Esse problema, somado à falta de aulas que já existe, se acirrará com a concorrência em 2009 (prova dos OFAs com mais de 200 mil inscritos), obviamente, causará mais desemprego. Mesmo os professores efetivos não terão garantia de ter sua carga completa numa só escola.

Diante de mais esse ataque, a Cor-

rente Proletária na Educação defendeu no CER que o sindicato não poderia se omitir. Deve mobilizar os trabalhadores para responder aos ataques do governo, chamando uma assembleia urgente (dia 05/12), utilizando todos os recursos do sindicato para isso. Nessa assembleia, defendeu que deveria ser colocada a importância da retomada da luta grevista. Além disso, insistiu que apenas a Escala Móvel das Horas de Trabalho poderia garantir emprego a todos os professores.

A burocracia sindical, mais uma vez, preferiu jogar o problema da grade curricular para os professores resolverem no Conselho de Escola. Esse organismo não tem a força da luta massiva dos professores nas ruas. Com esse método, os professores ficam isolados em suas escolas e à mercê da vontade dos diretores, supervisores e do governo.

Quanto ao problema do desemprego, novamente, rechaçou a proposta de Escala Móvel das Horas de Trabalho para defender a aplicação do Piso Salarial Nacional do governo Lula, o qual implicaria na redução de jornada em 33% e, portanto, na contratação de novos professores. Ou seja, sabe da resistência dos governadores para implementar tal lei e da fraqueza do governo Lula em garantir a mesma. Além disso, tem ciência de que, mesmo se fosse aplicada, essa proposta pode gerar mais emprego,

porém, não para todos os professores. Não aceitou uma assembleia para já, preferiu esperar o começo do próximo ano, sob a farsa “sem o piso, não piso na escola”, isto é, o ano (letivo) não começa.

Em resumo: no CER ficou evidente que, de um lado, há aqueles que querem impulsionar a luta para resistirem ao governo, defendendo os professores (Corrente Proletária na Educação) e, de outro lado, há os pelegos voltados para a conciliação com o governo / Secretaria da Educação, resultando em perdas para os professores (diretoria do sindicato).

No mesmo dia, no período da tarde, realizou-se um ato do funcionalismo público, na Praça da Sé, extremamente esvaziado. A diretoria da APEOESP, juntamente com a burocracia de outras entidades dos servidores, não convocou a base, demonstrando seu imobilismo. Nenhum plano de luta foi aprovado. A luta “unitária” se restringiu aos discursos distracionistas dos burocratas e parlamentares. A Corrente Proletária na Educação tem defendido a verdadeira unidade com o funcionalismo, através de assembleias conjuntas e da defesa das reivindicações que unificam: Escala Móvel das Horas de Trabalho, Escala Móvel de Reajuste, Salário Mínimo Vital e escola pública, laica, gratuita, para todos em todos os níveis e voltada para a produção social.

Encontro de Pedagogia em Rolim de Moura

No dia 24 de novembro aconteceu o Encontro de Pedagogia com a temática: Gestão Escolar Democrática do ensino Público: Utopia ou Possibilidade em Rondônia, promovido pelo curso e Pedagogia do Campi/UNIR da cidade de Rolim de Moura em Rondônia.

Os palestrantes convidados para debaterem acerca da temática foram os líderes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), o Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Zona da Mata (SINZEMAT) e o Sindicato dos Servidores Federais do Estado de Rondônia (SINDSEF). Só compareceram os líderes do Sintero e do Sinsezmata, ambos militantes do PT, que defenderam a gestão democrática conforme proclama a democracia burguesa, enfatizando ações conciliadoras de classe e enaltecendo os projetos do MEC: O PDE, O Progestar e o Pró-Gestão, que na verdade são imposições do Banco mundial para formação continuada e administração da educação pública em todos os níveis.

A Corrente Proletária da Educação interveio no encontro. Distribuiu um Manifesto, que respondia a seguinte questão: Na sociedade dividida em classes antagônicas, consolidaremos a gestão democrática da educação?

A estratégia governamental da política educacional é a de que o Estado deve se somente se responsabilizar pelo ensino fundamental. Em relação ao ensino médio, não há obrigatoriedade do Estado sustentar, deixando o ensino superior a cargo de instituições privadas. Ao governo federal cabe tomar medidas de “inclusão social”, “subsidiando” o ensino superior para uma parcela ultra-minoritária da população de menor renda. Resultado: as faculdades particulares aumentam seus lucros, de forma mais segura (sem o risco de inadimplência), a partir de verbas públicas, enquanto as universidades públicas sofrem com a falta de recursos. A aparente divisão das universidades em públicas, filantrópicas ou privadas será substituída pela definição única de universidade pública, incluindo as privadas nessa categoria. Em ambos os casos, trata-se de falsificação, pois a realidade é que há ensino público em sucateamento e ensino privado cada vez mais dominante e parasitário do Estado.

A farsa da autonomia

A autonomia em discussão pelo governo do PT/Lula é a continuidade daquela apresentada pelo governo FHC como “autonomia da gestão financeira”. Não se trata da independência política e pedagógica do ensino frente ao governo, mas da imposição de orçamentos limitados e da liberdade para captação de recursos privados. Ou seja, trata-se da autonomia para buscar financiamentos de onde for possível. Buscar as Parcerias Público/privado – as PPPs, para o ensino fundamental, médio e superior, neste último com as fundações e outros mecanismos.

Dessa forma, a autonomia proposta é, na verdade, a possibilidade do capital atuar sobre o ensino da universidade pública e controlar os demais níveis de ensino, orientando-os de acordo com seus interesses particulares.

A autonomia para o governo significa desresponsabilização do Estado para com as aposentadorias de professores e funcionários, aplicação de diversos tipos de taxas aos estudantes, organização de fundações de caráter privado no interior das universidades, projetos de parceria público/privado para a pesquisa. Os trabalhadores da educação e os estudantes devem rechaçar a autonomia imposta pelos governantes.

O gerenciamento

O gerenciamento dos recursos voltados ao ensino superior deve se adequar às estratégias das políticas econômicas governamentais e às necessidades do capital de ampliação da mercantilização do ensino em todos os níveis e particularmente do ensino superior. A política econômica dominante, que se apóia no sustento do parasitismo financeiro e favorecimento de investimento a setores do capital, requer o corte de gastos públicos com o ensino superior e o estímulo a que seja fonte de investimento privado. O ensino pago, obedecendo às leis de funcionamento da economia capitalista, requer também a possibilidade de aumentar o número de seus “clientes”. O capital anseia pelos ganhos que vêm das parcerias com as universidades públicas e as escolas em geral usando sua estrutura e pessoal qualificado.

As fundações têm sido os principais mecanismos para viabilizar esses interesses no ensino superior, que se agrega ao voluntariado da educação. Mas as fundações têm se implantado de forma desordenada e sem regulamentação institucional. O que tem levado a uma série de escândalos de corrupção. A tentativa de institucionalização mais geral das fundações visa ao fortalecimento desse mecanismo de privatização.

A regulamentação das fundações serve para desresponsabilizar o Estado para com o ensino superior público, permitindo que as verbas sejam canalizadas para os bolsos dos credores da dívida pública e corrupção. Serve aos capitalistas da educação que, com o sucateamento da Universidade pública prosperam explorando a mercantilização do ensino em geral e do superior em particular. Servem à burocracia universitária, que se aproveita do patrimônio público e da privatização do ensino e da pesquisa. Serve à empresa Privada, que pode explorar a Universidade Pública e seus recursos físicos e humanos a custos subsidiados.

Esse é o *real* conflito de interesses ao redor das fundações e da privatização do ensino. A burocracia universitária se apóia em debates ideológicos para acobertar interesses dos mais mesquinhos. Não há possibilidade de conciliá-los ao redor de uma proposta única.

Gestão e estrutura

Se o sistema de ensino atende ao parasitismo financeiro dos mercantilistas da educação do ensino fundamental ao superior, a gestão da educação não pode ser democrática, pois esta prática implica a possibilidade dos que trabalham e estudam decidirem os rumos da universidade e demais níveis de ensino, o que levaria ao choque e à ruptura com a política econômica governamental.

A introdução de mecanismos de pseudo-democracia é utilizado para dar um verniz democrático às medidas autoritárias. A participação de frações minoritárias de estudantes, funcionários e pais em conselhos junto à burocracia do ensino, bem como a introdução de figurantes externos e até mesmo realização de consultas formais à comunidade por meio de eleições de diretores, de cargos de chefia, não alteram a essência das estruturas burocráticas.

Uma nova forma de administrar o sistema de ensino e as escolas do ensino fundamental ao superior será fruto da nova sociedade que construirá uma nova escola qualitativamente diferente. Sob o regime capitalista, a educação sempre será de classe, portanto sob o controle da classe que detém o poder econômico.

Governo Lula impõe cobrança de imposto sindical aos servidores públicos

O Ministério do Trabalho publicou, no dia 30 de setembro, a Instrução Normativa nº 1 que estabelece a cobrança imposto sindical também para os servidores públicos já em 2009. De acordo com o documento, “a exclusão dos servidores estatutários do recolhimento da contribuição sindical viola o princípio da isonomia tributária” previsto na Constituição Federal. Ou seja, o governo procura, com essa medida, garantir a igualdade no saque aos trabalhadores, inclui em sua cobrança a parcela que faltava. Desta forma, todos os trabalhadores passam a ser iguais perante a lei, a lei que arranca mais dinheiro dos seus já arrojados salários.

A CUT lançou nota reprovando a medida e está convocando os trabalhadores – “militância cutista” – a participarem de um ato público de repúdio, em Brasília, isto é, da marcha do dia 03 de dezembro. Pura demagogia! Primeiro, porque tenta apartar a decisão “do ministro do Trabalho” do governo Lula, como se este último não fosse também responsável e como se a presença do então ministro da Força Sindical no governo não fizesse parte de um acordo para amortecer a luta de classes. Lula precisava do apoio dessa entidade sindical, a segunda maior do país, para manter o proletariado no imobilismo diante de suas medidas antinacionais e antipopulares, tal como a CUT, a primeira maior central, já faz. Com o apoio de ambas garante o controle da maior parte da massa de trabalhadores.

Segundo, a CUT alega ser contrária ao imposto sindical, mas de-

fende a “contribuição negocial” para os servidores públicos e demais trabalhadores, que faz parte da Reforma Sindical e foi estabelecida no Fórum Nacional do Trabalho. Prefere o acordo feito com o governo e os patrões que, na realidade, lhe renderá um valor maior de contribuição e poderes de negociação coletiva sem mobilização da massa. Em outras palavras: prefere o acordo que lhe consagra como cúpula que pode fazer as negociações sem nem mesmo consultar as massas.

O POR é contrário ao imposto sindical. Defende a verdadeira independência dos sindicatos frente aos governos, patrões e partidos burgueses. Por isso mesmo denuncia a farsa que a CUT promove diante da questão da Instrução Normativa nº 1, que troca seis por meia dúzia. Defende que os sindicatos sobrevivam das contribuições espontâneas dos trabalhadores e não de “taxas negociais”. Denuncia que a CUT usa o pretexto da instrução para apressar a aplicação da Reforma Sindical onde estabeleceu seus acordos com o patronato em prejuízo do proletariado e da luta de classes.

Nenhum imposto sindical aos trabalhadores!

Que as contribuições sindicais sejam espontâneas, estabelecidas pelas assembleias dos trabalhadores!

Abaixo a Instrução Normativa nº 1!

Abaixo a Reforma Sindical e a contribuição negocial que ela estabelece!

AES-Eletropaulo

O que está por trás do Encontro da Direção Sindical com o BNDES

Dado os sérios problemas por que passam os trabalhadores da AES-Eletropaulo, e que temos comentado há algum tempo, o correto seria que a diretoria do Sindicato organizasse os trabalhadores para resistir à repressão descarada da empresada empresa.

A direção que se apossou há tanto tempo do sindicato procura há muito fazer os trabalhadores eletricitários se esquecerem de suas lutas, esquecerem de que, para os trabalhadores, sua força contra os patrões está em fazer uma luta unificada contra os desmandos da patronal.

Mas em lugar disso o que a direção do sindicato faz

Em novembro, a direção do sindicato reuniu-se com representantes da direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para discutir sobre a administração da AES-Eletropaulo as últimas medidas tomadas pela empresa. Devemos lembrar que o BNDES detém 49% das ações da AES-Eletropaulo. A direção do Banco disse apenas que pedirá esclarecimentos à direção da empresa. Essa atitude de achar que a direção de um banco ouvirá as reclamações dos eletricitários é próprio da burocracia corrompida, mesmo sendo um banco estatal seu papel é o de atender as necessidades da burguesia, ou seja, não está nem aí para as necessidades dos trabalhadores. Esperar que os problemas da AES-Eletropaulo sejam resolvidos depois dessa reunião é uma piada de mau-gosto.

Mas os problemas existem e são concretos

1) As demissões de 88 companheiros em agosto, um deles integrante da CIPA e vários com restrições médicas, processos encaminhados na justiça etc. E que a direção sindical só mo-

veu uma ação judicial para reintegração dos mesmos.

2) A política da empresa de terceirizar setores importantes da empresa, o que faz com que muitos companheiros das contratadas corram riscos diários por não terem equipamentos adequados e mesmo treinamento para determinadas funções, sem falar que o atendimento destas é de baixíssima qualidade. A luta tem de ser aqui em unir os contratados e os terceirizados pela contração de todos.

3) A grande diferenciação salarial criadora do grande passivo trabalhista. Esse é um problema que devemos discutir com cuidado, pois ao que parece a Empresa está tentando aprontar alguma para se livrar dos encargos. Não se pode aceitar isto de forma alguma.

4) Um outro problema levantado pela diretoria do sindicato é sobre como a consultoria BAIN tem atuado na Eletropaulo, alegando que está utilizando técnicas administrativas que “trarão um retorno estatístico financeiro imediato”, “mas que trarão também passivos jurídicos, sem contar as decisões que afetam o dia-a-dia dos trabalhadores como as questões da redução do tempo de plataforma, GPS e pressão sobre as decisões dos diretores e gerentes”. Como podemos ver, a principal questão para o sindicato aqui é como administrar a Eletropaulo. Coisa que não interessa nem um pouco aos trabalhadores. O que devia exigir do BNDES era a reestatização da Eletropaulo sobre o controle dos trabalhadores.

É hora dos eletricitários da Eletropaulo se organizarem em torno da defesa dos empregos, dos salários e pela reestatização da empresa, de forma que se retire do controle dos capitalistas e se imponha o controle operário coletivo.

Paraná

Campanha Salarial dos Metalúrgicos

Os operários de Curitiba e região metropolitana estão distribuídos em três grandes ramos da indústria: o setor metalúrgico, setor de máquinas e o setor de veículos. O sindicato que representa os operários da capital e região é o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), que é dirigido pela Força Sindical desde 1990. A base sindical do SMC é composta de 39 categorias, as quais compreendem 25 municípios.

A maior indústria no setor metalúrgico é a fábrica da Bosch que fica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e produz bombas injetoras e componentes para o sistema a diesel e possuem 4,4 mil metalúrgicos. A New Holland, na CIC, tem cerca de dois mil operários e produz tratores e colheitadeiras, sendo assim a maior indústria do setor de máquinas da Grande Curitiba. A indústria de veículos, em Curitiba e região, são compostas por três montadoras: a Renault/Nissan, Volkswagen/Audi e Volvo/Caminhões.

Fragmentação das campanhas salariais dos operários

O SMC divide a campanha salarial dos operários, pelos ramos das indústrias e dentro de um ramo da indústria divide esses operários por fábrica. Desse modo, os operários se apresentam totalmente fracionados diante dos patrões na campanha salarial. O desenvolvimento de uma campanha salarial fragmentada é o modo utilizado pela burocracia sindical, instalada na direção do SMC, para a manutenção de sua hegemonia no sindicato. Assim afastam todos aqueles que possam oferecer risco a manutenção do seu poder e eliminam a democracia sindical. A campanha salarial das montadoras foi realizada em setembro e somente agora, em novembro, o setor metalúrgico e de máquinas têm a sua campanha salarial, isto para impedir qualquer tentativa de unificação dos operários.

Desse modo, a direção do sindicato coloca limites na mobilização e utiliza esses limites, posteriormente, como subterfúgio para acabar com a mobilização dos operários e justificar a aceitação das migalhas distribuídas

pelo patronato. Uma campanha salarial unificada dos operários de Curitiba obrigaria à formação de um comando local para dirigir esta campanha salarial. Esse organismo de decisão coletiva, ou seja, um comando local formado pela assembleia geral dos operários e submetido a ela, não estaria sujeito às manobras de cúpulas e negociações com patronato. Sabendo disso, a burocracia do sindicato fragmenta os operários por fábrica, impedindo assim a constituição de uma campanha unificada dos operários.

Paralisação na Bosh

Mesmo diante deste cenário de fragmentação da campanha salarial promovido pela direção do SMC, os metalúrgicos da Bosch decidiram, em assembleia no dia 7/11, iniciar uma greve por tempo indeterminado, para arrancar uma proposta de reajuste salarial da direção da empresa. A data-base da categoria é em primeiro de dezembro. Os operários reivindicavam aumento real e pagamento de abono salarial em dezembro. Em assembleia no dia 12/11, após três dias de greve e de rejeitarem neste período três propostas da direção da empresa, a maioria dos operários decidiram aceitar a proposta de um abono de R\$ 1,5 mil e antecipação da segunda parcela Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para dezembro, com o reajuste salarial composto do INPC + 3,6% para março de 2009.

Fusão

Enquanto a fábrica da multinacional em Curitiba estava parada por conta da greve, a unidade de Campinas (que produz peças de reposição automotiva para mecânicas) anunciou a aquisição da Hofmann do Brasil, uma das líderes na fabricação de equipamentos para alinhamento, balanceamento e montagem de pneus. Isto demonstra que o dinheiro somente sai dos bolsos dos patrões para a compra de novas fábricas e que o dinheiro destinado a pagamentos dos operários são migalhas.

Setor de Máquinas – New Holland
Na New Holland, maior indústria

do setor de máquinas, os cerca de dois mil operários reivindicavam 3,6% de aumento real, 100% do INPC, R\$ 1,5 mil de abono e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Em assembleia, no dia 17/11 e seguindo a orientação da direção do sindicato, a maioria dos operários da fábrica decidiu aprovar a proposta que instalou uma diferenciação entre os operários, de modo que os operários com salários até R\$ 1.250,00 vão receber aumento de 3,3%, + INPC para janeiro de 2009. Para quem ganha acima disso, o aumento real será de 3,3%. Os metalúrgicos conquistaram também um abono salarial de R\$ 1.350,00, a ser pago no dia 18 de dezembro.

Campanha salarial em outras fábricas

O Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba (SMC), fechou Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), com a Haas do Brasil (fábrica maquinários para panificação), que fica na CIC. Em assembleia no dia 11/11, os trabalhadores aceitaram a proposta de 3,6% + INPC já em dezembro, além de abono de R\$ 1,5 mil em forma de vale-mercado, a ser pago em duas parcelas.

Em assembleia, os trabalhadores da Perfecta e Metalin aprovaram as propostas negociadas entre Sindicato e empresas. As duas fábricas ficam na região de Campo Largo. A Perfecta fabrica máquinas de panificação. Já a Metalin produz estruturas metálicas.

Tendência de luta

Está claro que os metalúrgicos curitibanos estão descontentes com a explicação das multinacionais e dispostos a ir à luta. Os acordos em separado e por fábrica é a forma da burocracia quebrar a tendência geral de luta, na qual reside a força coletiva dos operários. A luta contra a burocracia divisionista e colaboracionista é a tarefa que se coloca. Não será com um sindicalismo estreito que a classe operária conquistará sua unidade e descobrirá sua força social. É necessário o trabalho militante em defesa do programa e da política proletária.

Nesta edição:

- Bolívia – O que o PSTU esconde
- Bolívia – A nova constituição e a coca
- Bolívia – Agigantada a ameaça da barbárie
- Crise econômica desemprega trabalhadores

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Bolívia – O que o PSTU esconde

Nos últimos “Opinião Socialista”, o PSTU se esmera em atacar o governo Evo Morales. De nossa parte, temos acompanhado com rigor os posicionamentos dos morenistas por três razões: 1. O PSTU é a corrente centrista mais expressiva no Brasil que se reivindica do trotskismo; 2. O morenismo, cujo adjetivo vem do argentino Nahuel Moreno, é uma corrente revisionista do trotskismo, que se mostra adversária do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR); 3) No Brasil, o PSTU faz campanha difamatória de que o POR boliviano é nacionalista, que se adaptou ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e que renunciou à tomada do poder em 1952, requeitando a visão e interpretação do argentino Libório Justo, em seu livro “Bolívia: La Revolución Derrotada”.

Respondemos a esses ataques sem princípios com o folheto “O Por é nacionalista?”, mas o fundamental está nas “Obras Completas” de Guillermo Lora, que os adversários fazem questão de desconhecer e assim exploram o desconhecimento histórico e político dos desavisados. No volume IV, 1950-1953, “El Partido Obrero Revolucionario Y La Revolución Política Hasta La Revolución de 1952”, ao lado da obra “La Revolución Boliviana”. Constitui um documento essencial, sem o qual toda polêmica criada perde seriedade.

Diante do governo Evo Morales, fica evidente a distinção e a oposição da política do POR boliviano e a dos morenistas, que na Bolívia não têm peso algum.

Desde o nascimento do Movimento ao Socialismo (MAS) e das primeiras ma-

nifestações de caudilhismo indigenista de Morales, o POR assinalou que se tratava de um movimento político de conteúdo político burguês e que surgia como uma trava à luta pela revolução proletária. São inúmeras as publicações do POR caracterizando os masistas desde o berço, passando por seu desenvolvimento e chegando à sua definitiva integração ao Estado burguês na forma de governo.

Seria bom se os morenistas apresentassem em suas publicações o que pensavam de Evo no seu despontar de caudilho. Até onde vemos, o interesse do PSTU pelo que acontecia na Bolívia ganhou destaque com a projeção do caudilho no processo eleitoral e agora com a sua descarada política pró-capitalista. Esse interesse mostra dois momentos fundamentais da posição dos morenistas: 1. Apoio a Evo (chamam de apoio crítico); 2. Ataque a Evo.

Aqui temos o desenvolvimento de duas políticas: a morenista e a porista.

Mas, nas páginas do “Opinião Socialista”, não lemos nenhuma análise sobre as duas políticas. E sabemos o porquê. A existência política do POR, para os morenistas, começa e termina em 1952, momento em que supostamente o POR se adaptou ao nacionalismo. Não importa a trajetória de décadas dos trotskistas bolivianos, suas experiências na luta de classe, seu programas, sua historiografia e a abundância de escritos sobre todos os problemas fundamentais deste país altiplano. Qualquer militante medianamente formado no marxismo e que maneja o materialismo dialético fica impressionado com o uso e abuso da ignorância,

praticados pelos morenistas.

Temos analisado insistentemente as posições do PSTU frente ao governo Evo porque é um dever dos marxistas travar o combate ao revisionismo, mas também pelo fato deste partido sonegar para sua militância e para a vanguarda o que de fato ocorre na presente situação da Bolívia. Publicamos nos últimos “Massas” vários artigos de crítica às posições do PSTU e elaboramos o folheto “Evo Morales se mostra incapaz de enfrentar a direita. Só a luta revolucionária das massas poderá derrotar a Meia Lua!”

No “Opinião Socialista” 361, temos o artigo “Bolívia: Uma Revolução Aprisionada” e várias notas que o acompanham. Observamos que o PSTU se esforça por se afastar de sua responsabilidade de ter apoiado Evo Morales nas eleições que o fizeram Presidente e no recente referendo do Sim e Não. Não se pode achar que o chamado de voto em Evo é simplesmente uma tática circunstancial, sem grandes implicações e que é fato passado.

Lembremos que o POR rechaçou a farsa do Referendo e denunciou a manobra de Evo, voltada à conciliação com a oposição burguesa direitista da Meia Lua. Os fatos confirmaram a posição do POR. O PSTU precisou e precisa esconder seu apoio a Evo. Em suas explicações e defesas, assim elimina parte de sua política.

O redator do “Bolívia: Uma Revolução Aprisionada”, José Erinaldo Júnior, segundo nota da redação, esteve na marcha em La Paz, do dia 19 de outubro. Imaginamos que essa referência tem a ver com um indicativo a nós leitores de

que o redator está bem informado pelos fatos vividos. No entanto, o artigo não passa de uma descrição esquemática e superficial da história da Bolívia, ressaltando a revolução de 1952 e lamentando que se perdeu um momento histórico de tomada do poder.

Eis a passagem: “De todos, o mais importante foi o da revolução de 1952, que colocou de forma escancarada a possibilidade dos trabalhadores tomarem o poder e que, até hoje, define aspectos políticos do movimento social boliviano.” Notem o adjetivo “escancarada”. O leitor terá de acreditar que todas as condições estavam dadas, o poder estava caindo de podre e finalmente se perguntar: o que faltou para os trabalhadores tomarem o poder? A resposta não é dada, mas sabemos da historieta contada de pai para filho, faltou o POR chamar “todo poder à COB” e não apoiar o governo nacionalista.

Os poristas têm publicado todas as suas posições da época. O livro de Lora “A Revolução Boliviana” e outros escritos não foram analisados por nenhum dos detratores do POR, até onde conhecemos no Brasil. É lamentável a irresponsabilidade e futilidade dos opositores do POR. Não havia nada de escancarado e nem o POR tinha as condições para levar o proletariado ao poder. Liborio Justo afirma que o POR tinha todas as condições de tomar o poder, mas que por sua política oportunista frente ao MNR deixou passar o momento. Descarrega assim toda responsabilidade nos poristas de a revolução de 52 não ter dado a vitória final ao proletariado. Guillermo Lora mostra que esta condição não existia e que o partido combateu o nacionalismo burguês. Mas os adversários somente repetem ao cansaço a versão de Libório Justo.

José Erinaldo refere-se à importância das Teses de Pulacayo, como “o programa aprovado pelo congresso de mineiros em 1946.” Diz que as “teses são uma adaptação do Programa de Transição de Trotsky à realidade boliviana e serviram de base para as mobilizações que culminaram na Revolução de 1952.” Isso é tudo! O redator omite que as Teses de Pulacayo são de responsabilidade do POR. Fazem parte da construção programática do partido e expressam seu

vínculo com o proletariado mineiro. José Erinaldo reconhece as Teses com tivessem caído dos Andes e adaptado o Programa de Transição à realidade boliviana.

Dando continuidade ao artigo, no sentido de explicar a “Revolução Aprisionada”, o articulista chega à eleição de Evo Morales. Eis a explicação: “Ao final de 2005, o MAS e Evo Morales conseguiram frear as manifestações e ganhar as eleições. Eleito Evo integrou-se ao time dos governos de frente popular da América Latina, como Lula, no Brasil, e Rafael Correa, no Equador.”

José Erenildo quer que acreditemos que há um paralelo entre 1952 e o movimento de 2003, que culminou com a derrubada do governo de Sanchez de Lozada. Diz: “A direção da COB, lamentavelmente, repetiu o erro de 1952 e se recusou a ocupar esse vazio, permitindo que o vice-presidente Carlos Mesa assumisse o governo e abafasse a revolta.” Enorme levandade! A COB, em 1952, cumpria um papel de duplo poder. O fato desta, sob a direção do ex-porista Lechin que aderiu ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ter composto o governo burguês de Paz Estenssoro comprometeu o movimento revolucionário. A COB de 2003 se encontra completamente burocratizada, portanto atribuir-lhe a tarefa de servir ao levante das massas e tomar o poder é fantasioso. Uma fantasia que expõe a posição oportunista do PSTU diante da burocracia cobista. A Conlutas, dirigida pelo PSTU, tem feito proselitismo sobre a participação da COB na ELAC, com o objetivo de “fortalecer a unificação das lutas contra o imperialismo na América Latina.”

O POR boliviano acumula enorme experiência com a COB e ninguém mais combateu sua burocratização do que os trotskistas, assim pôde denunciar seu papel de sustentáculo do MAS e de seu governo.

Na nota “A necessidade de uma oposição de esquerda”, o PSTU exige “que a COB retome sua plena independência política e que o MAS rompa seus acordos com a burguesia”. Ocorre que a COB há muito deixou de ser uma organização revolucionária, portanto independente do Estado e de toda política

burguesa. Para torná-la independente, o proletariado terá de expulsar a ponta pé o conjunto de sua burocracia e constituir uma direção voltada à revolução proletária. É bem provável que a COB não seja o canal da revolução. Os explorados do campo e da cidade recorrerão às assembléias populares (Cabildos abertos), enquanto a burocracia cobista conspira com o governo contra o levante independente.

A tentativa de aplicar a tática bolchevique chamando o MAS a romper com a burguesia só na forma abstrata parece correta, porque no conteúdo é completamente errôneo. O governo MAS já cumpriu seu ciclo de integração no Estado. Tornou-se parte da burguesia. Assumiu a defesa da propriedade privada dos meios de produção. As ilusões dos camponeses serão rompidas pela experiência com a traição e pela intervenção revolucionária da vanguarda proletária.

A repressão aos mineiros e as duas mortes pesam sobre o governo, bem como a complacência com a direita que assassinou trinta camponeses em Pando. O POR desenvolve ataque direto ao MAS/EVO, agita as bandeiras dos explorados e organiza a luta sob a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês.

A bandeira de constituir uma “oposição de esquerda” é justificada pelo PSTU pelo fato de setores da COB, do sindicato de Huanuni, da federação dos mineiros e do movimento popular do El Alto se mostrarem descontentes com o acordo de Evo com a Meia Lua em torno do referendo à Constituição. Está aí o PSTU correndo atrás de uma ala da burocracia sindical para formar uma frente eleitoral, que para se potenciar deve desde já se lançar como oposição de esquerda no quadro da democracia regida pelo MAS.

Voltemos à colocação inicial do artigo de José Erinaldo: “Ao final de 2005, o MAS e Evo Morales conseguiram frear as manifestações e ganhar as eleições. (...) Estamos diante de uma afirmação essencial: o MAS jogou um papel anti-revolucionário ao frear a luta das massas e ao canalizá-las para a constituição de um governo que defende a propriedade privada dos meios de produção. Esse conteúdo é omitido pelo

PSTU. Mesmo sabendo da ação anti-revolucionária, os morenistas que acusam o POR de nacionalista apoiaram a eleição de Evo e depois confirmaram seu voto numa segunda votação – a do referendo do Sim. Agora, em todos os ataques ao MAS/Evo o PSTU omite seu apoio à constituição do governo de traição aos camponeses e ao conjunto dos explorados.

Abaixo temos a tradução de uma passagem do documento “O Partido Operário Revolucionário e a Evolução Política até a Revolução de 1952”

“Já nessa época eram públicas as discrepâncias fundamentais do PCI francês com o pablismo, sobretudo com a tática do entrismo nos partidos comunistas.

A resolução do terceiro congresso da IV Internacional sobre a Bolívia é confusa e meramente indicativa, carecia de conhecimento da realidade boliviana para poder assinalar uma tática correta frente ao MNR e inclusive à sua esquerda lechinista, que nesse momento se negava a declarar-se assim.

O Partido Operário Revolucionário foi se formando e ajustando sua linha política em franca luta contra o MNR, estando este na oposição ou no governo, como lhe obrigava à assimilação da teoria da revolução permanente e à necessidade de não esquecer a diferença entre nações opressoras e nações oprimidas. Ganhou notoriedade com a elaboração da Tese de Pulacayo, que não faz nenhu-

ma concessão à política movimentista.

A esquerda movimentista, por meio de Lechin – com o qual os poristas mantinham uma relação intermitente e sempre polêmica – negava-se a diferenciar-se e a romper com o pazestensorismo, a tendência decisiva e mais coerente do partido pequeno-burguês.

Há que acentuar que, para Lechin, Paz Estenssoro era nada menos do que o intérprete do pensamento e da vontade dos trabalhadores, dos revolucionários. O líder operário não conseguiu superar de maneira coerente, teórica, as posições políticas do movimentismo. Por isso não há que se estranhar que em 1953 – na ocasião do primeiro congresso da Central Operária Boliviana – que o esquerdista tivesse proclamado o presidente Paz nada menos do que “Emancipador Econômico da Bolívia” etc.

Alguns críticos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia não levaram em conta que na COB o POR era um setor minoritário e que na primeira época da instituição operária seus documentos eram aprovados com o apoio dos trabalhadores movimentistas, mas não militantes trotskistas. A COB nasceu com aspectos soviéticos e colocou a dualidade de poderes, neutralizada com o chamado co-governo MNR-COB, que serviu para converter em ministros “operários” os porta-vozes do lechinismo. Dito de outra maneira, o governo era o co-governo de pazestensoristas e lechinistas. Não fal-

taram as contradições internas da equipe governamental, é então que o POR colocou a possibilidade de o lechinismo afastar da equipe ministerial os outros elementos inclinados à direita. Não resta dúvida que a possibilidade estava colocada, mas o maior obstáculo para sua materialização foi, precisamente Lechin. Uma e outra vez foi dito que o correto era exigir que a COB afastasse o MNR do poder, isto significaria pedir a Lechin que assumisse essa tática. O autor destas linhas – deixou marcado em grandes letras várias vezes – colocou a Lechin que a COB, nesse momento era a única instituição com armas, estava obrigada a afastar do governo Victor Paz Estenssoro. Nessa oportunidade, respondeu que nada mudaria porque o Presidente em suas funções era a expressão do programa cobista.

Não podemos assegurar se nossa campanha para que o lechinismo controlasse todo o governo ajudou em alguma coisa os trabalhadores a amadurecer politicamente a respeito das limitações da própria esquerda movimentista e de Lechin. Reiteramos que não correspondia pretender impor mecanicamente a paródia da consigna bolchevique e gritar “Todo o poder a COB!” Mais tarde disseram isso os morenistas e caíram no ridículo. Na imprensa, na rua e no seio da COB, o Partido Operário Revolucionário não deixou de atacar a política global do governo movimentista” (Guillermo Lora, Obras Completas, tomo IV)

A nova constituição e a coca

Os jornais reproduziram uma sugestiva declaração do senador masista Lino Villca que disse que sua bancada reivindicará no parlamento a ampliação dos cultivos de coca para 30 mil hectares.

O parlamentar oficialista argumenta que a nova Constituição, que será ratificada no referendo de 25 de janeiro do próximo ano, estabelece que o Estado boliviano pode exportar ao mundo os recursos naturais do país; e a coca é um desses recursos. Portanto, seguindo um pensamento silogístico, chega à conclusão de que se deve exportar coca aos Estados Unidos, Europa e Ásia. Villca termina insinuando que, por mandato da Constituição boliviana, “tanto o gringo

como o chinês podem mascar a folha de coca”.

Detrás da sugestiva e cômica declaração aparece a ponta do novelo do que potencialmente poderá ser um conflito que se vai precipitar no futuro.

Os cocaleiros de La Paz e do Chapare, argumentando que a legalidade da coca é “constitucional”, vão rebaixar os limites que o governo estabelece para os cultivos do arbusto. Os que agora estão cultivando clandestinamente, amanhã o farão abertamente com a nova Constituição na mão, provocando muitos inconvenientes ao governo nas relações do país com a “comunidade internacional”.

O governo tem um grave conflito para resolver no futuro e terminará jogando por terra sua teoria da “erradicação acordada”, porque se verá obrigado a usar a violência para pôr um breque nos cocaleiros.

A única consigna realmente antiimperialista que encarna os interesses não só dos cocaleiros, mas de todo o país é a livre produção, comercialização e industrialização da coca, que este governo é incapaz de executar porque capitulou frente ao imperialismo ao se declarar campeão da luta contra o narcotráfico.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2108 de 21/11/2008)

Agigantada a ameaça da barbárie

Patrício

A atual crise do capitalismo não é acompanhada do despertar do proletariado, cuja radicalização política poderia abrir o caminho para a revolução social, ou seja, que agora, quando caí em pedaços o capitalismo, deveria se abrir o caminho para a sociedade comunista.

Na crise mundial da sociedade burguesa, nenhum setor social parece esperar que se abra a perspectiva da sociedade sem classes.

Então, o que se espera? O homem da rua responderá: não acredito que a sociedade atual sofra modificação alguma. A burguesia seguirá comandando as massas condenadas a que se agrave descomunalmente sua miséria atual.

Não nos enganemos. O potenciamento dos traços catastróficos da crise capitalista atual demonstrará que a sociedade burguesa foi empurrada plenamente para a barbárie.

O operário, o ser humano, acabará transformado em uma peça sem cérebro, convertido somente num monte de músculos sem vontade, manejados desde longe através da máquina automática.

A sociedade bárbara terá a finalidade de produzir e produzir, em cujo seio os operários se alimentarão miseravelmente e acabarão se arrebatando como consequência do trabalho feroz e da alimentação limitadíssima.

Onde está o Partido Revolucionário, a expressão da luta para conquistar a sociedade sem explorados nem exploradores, sem oprimidos nem opressores?

Novamente comprovamos que a crise da sociedade capitalista em decomposição, quando se fecham todas as possibilidades de que se oriente para uma sociedade sem explorados nem exploradores, ou seja, para alcançar o socialismo. Isso significa que a sociedade burguesa se encaminha com firmeza para a barbárie, quando o ser humano

será transformado numa máquina a mais.

Voltamos a sublinhar que numa situação que exige que a sociedade se lance à luta radical para conseguir se transformar qualitativamente, de forma que mude a marcha para a barbárie e esta seja transformada pela atualização da luta revolucionária encaminhada a sepultar o capitalismo apodrecido, que já está nas portas da barbárie, e se proponha a transformá-lo em sociedade comunista. A palavra de ordem da luta neste momento deve ser para evitar que a sociedade burguesa acabe pulverizada no meio da barbárie, que transformará o ser humano em uma máquina a mais e sem cérebro.

E o Partido Político Revolucionário? No plano internacional está a Quarta Internacional de Trotsky armada com seu programa, que é o mesmo que dizer com sua artilharia pesada.

Em países que consideram que a sua sabedoria consiste em que seus Partidos Políticos não tenham um programa nacional, estes estão condenados a acabar como bandos de imbecis.

Nesse sentido não existe na Bolívia outra esperança do que recorrer aos partidos que se reivindicam da Quarta Internacional que elaboram seu Programa para o país e armados deste instrumento se lancem a dirigir as massas de explorados e de oprimidos até a revolução social.

Recordemos que em 1971 o POR chegou até as portas da ditadura do proletariado através da Assembléia Popular. Nesta altura dos acontecimentos, cabe à direção revolucionária dirigir as massas de explorados e oprimidos para a revolução social e converter a Assembléia Popular do passado em ditadura do proletariado, abrindo assim o caminho para a sociedade comunista.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2107, de 14/11/2008)

Crise econômica desemprega trabalhadores

A burguesia sempre manteve um contingente de trabalhadores desempregados para desvalorizar a força de trabalho. Ou seja, criou o “exército industrial de reserva”, que lhe permite explorar mais o proletariado, devido à grande oferta de mão-de-obra. Em contexto de crise econômica, o capitalismo acirra essa situação: aumenta o número de desempregados, já que a burguesia procura reduzir seus custos para manter seus lucros e vale-se do desemprego massivo para aumentar a produtividade, isto é, superexplorar os trabalhadores.

Desde o início da atual crise econômica, o Partido Operário Revolucionário (POR) vem denunciando aos trabalhadores que a burguesia internacional e mesmo a débil burguesia nacional jogará o peso da crise sobre seus ombros, sobretudo desempregando e fechando postos de trabalho. Daí a necessidade de organização para reação do proletariado. Isso se confirma. O desemprego cresce de maneira avassaladora, jogando milhares de trabalhadores na miséria e mostrando que esse modo de produção não pode mais garantir nem o direito elementar de viver através do salário.

Desemprego avança na maior potência

Nos Estados Unidos, somente em outubro, foram eliminados 240 mil postos de trabalho; em setembro, foram fechados 127 mil e, em agosto, 284 mil. O fechamento de vagas se mantém constante desde o início do ano, totalizando 1,2 milhão. Mais da metade dessa eliminação do trabalho ocorreu nos últimos três meses com o agravamento da crise econô-

mica.

Em consequência, a taxa do desemprego oficial saltou para 6,5% em outubro, ou seja, a pior taxa desde fevereiro de 1994 (quando atingiu 6,6%). De quantos desempregados falamos? Até a primeira semana de novembro, cerca de 4 milhões de trabalhadores estavam vivendo do seguro-desemprego, isto é, do assistencialismo do governo estadunidense.

Conforme aumenta o desemprego, amplia-se o número de pedidos de seguro-desemprego nesse país. Na segunda semana de novembro, o governo registrou um aumento de 27 mil, chegando a um total de 542 mil pedidos neste ano, o mais alto desde julho de 1992. Deve-se salientar que para o governo 400 mil pedidos é o nível considerado como indicativo de recessão. Os novos pedidos demonstram como está ocorrendo eliminação dos postos de trabalho e a permanência de milhões no seguro-desemprego aponta a dificuldade que os trabalhadores enfrentam em conseguir um novo emprego.

Somente na área financeira nova-iorquina (responde por 25% dos salários pagos na cidade e gera 27% dos impostos) a estimativa é de fechamento de cerca de 40 mil postos de trabalho dos 185,7 mil existentes e diretamente relacionados a Wall Street, por causa da crise financeira. Isso demonstra que até a classe média elevada está sendo atingida pela crise. Outro exemplo específico: o Citigroup anunciou corte 75 mil vagas nesse ano em todo o mundo. Aliás, do 3º trimestre de 2007 para o 3º de 2008, já eliminou aproximadamente 20 mil postos de trabalho.

Os dados demonstram a dimensão da crise na maior potência imperialista e como para a burguesia a saída para a crise é a barbárie social, que inclui jogar a massa de trabalhadores na miséria. Aliás, de acordo com a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), organismo imperialista, diversos países enfrentarão uma longa e dura recessão que ampliará o desemprego. Destaca o caso da Alemanha em que o desemprego atual de 7,2% saltaria para aproximadamente 9% em 2010, gerando mais 700 mil novos desempregados!

O desemprego avança na China

Até outubro, o desemprego atingia 4% da população economicamente ativa, sem considerar os mais de 200 milhões de imigrantes que compõem a força de trabalho chinesa. Até o final do ano, o próprio governo estima que a taxa de desempregados deverá chegar a 4,5% (em 2007 foi de 4%), pois como admite “os efeitos da crise ainda estão se desenvolvendo”.

O desemprego na China está associado ao fechamento das fábricas que são afetadas pela desaceleração das exportações, demonstrando como esse país, componente dos chamados Brics (Brasil, Índia, China e Rússia), não está “descolado” da economia capitalista mundial.

No primeiro semestre, em que os efeitos da crise eram menores, no país inteiro, foram fechadas, no mínimo, 67 mil fábricas, segundo as estatísticas oficiais. Foram pequenas, médias e também grandes empresas, afetadas pela queda na exportação. Os setores mais atingidos foram o de calçados, brinquedos e roupas, que exigem mais trabalho intensivo. Só o fechamento de uma fábrica de calçados de Chang'an (sul da China) resultou ao desemprego cerca de 2 mil operários.

As demissões em massa estão levando os migrantes a se deslocarem a grandes distâncias em busca de trabalho, passando praticamente o ano inteiro trabalhando fora de casa. Isso quando encontram trabalho que é quase sempre precário. Em Cantão e demais regiões costeiras, o fechamento de dezenas de milhares de pequenas e médias indústrias, obrigou os operários a se submeterem a qualquer trabalho ou voltarem para suas aldeias, de onde saíram por falta de emprego.

A restauração capitalista tornou a China mais débil e mais dependente da economia dos Estados Unidos. Não por acaso, os efeitos da crise econômica são violentos para as massas chinesas.

Desemprego no Brasil

Em outubro, os dados do IBGE quanto ao desemprego foram tidos como “positivos”. Afinal, a taxa de desempregados passou de 7,6% (de setembro) para 7,5%, ou seja, diminuiu 0,1%. Vergonhosamente, os defensores do governo Lula e da economia capitalista comemoram o desemprego de 1,8 milhões de pessoas, registrado nas seis principais regiões metropolitanas, isto é, saúdam o resultado cujo cálculo desconsidera a totalidade de desempregados de todos os cantos do país.

A mesma pesquisa aponta que a realidade não é tão animadora, pois há 41,4 milhões de pessoas em idade ativa (782 mil a mais que outubro de 2007) e 22,2 milhões que pertencem à população ocupada, ou seja, uma diferença 19,2 milhões de pessoas. Diante disso, como comemorar um crescimento de 4% na taxa de população ocupada, de outubro de 2007 para 2008, e de ínfimos 0,8%, de setembro para outubro de 2008?

Outro cálculo do IBGE aponta a situação de ausência de trabalho para milhares de pessoas: o nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) é de 53,5%, tendo variado pouco de outubro do ano passado para este (aumento de só 1,1%) e de setembro para outubro (0,5%). Ou seja, há uma diferença de 42,2% entre as pessoas com trabalho e as que estão aptas a trabalharem. Os dados “positivos” são alardeados numa clara campanha de defesa do governo,

os dados “negativos” são deixados de lado.

Soma-se a isso, o fato de a maior parte da população empregada, cerca de 50%, exercer uma jornada de trabalho exaustiva de 40 a 44 horas semanais e cerca de 32% enfrentar uma jornada de mais de 45 horas semanais. Esses dados confirmam que quem está empregado está submetido a uma extrema exploração.

Por outro lado, é preciso considerar que a crise ainda está engatinhando no Brasil. A economia está começando a dar sinais de desaceleração. E mesmo assim, as grandes empresas já anunciaram férias coletivas, com desconto dos “dias parados”; Planos de Demissão Voluntária (PDVs) e fechamento de postos de trabalho. A tendência é de ampliação do desemprego, isto é, aprofundamento da situação já dramaticamente miserável de milhares de trabalhadores.

Os governos diante da crise

Diante do desemprego nos EUA, George Bush teve de fazer demagogia e ampliar minimamente o assistencialismo. Assinou, recentemente, uma lei que estende o prazo para recebimento do seguro-desemprego por mais sete semanas para aqueles que tiveram o subsídio encerrado e por vinte semanas para aqueles que residem nos estados com maiores taxas de desemprego.

O governo da China, frente à demissão em massa, proibiu as empresas de demitirem mais de 40 empregados. Em outras palavras: elas podem demitir aos poucos e não de uma só vez. Isso agora, porque diversas empresas, como mencionamos, já demitiram em massa e continuarão a demitir à medida que estão fechando.

Todas essas medidas não passam de tentativas de minimizar os danos que a crise já está causando a milhares de trabalhadores. Eles não poderão conter esses danos porque são governos a serviço dos interesses capitalistas.

Luta por emprego é a saída dos trabalhadores

Os trabalhadores chineses têm saído às ruas para se manifestarem diante dos problemas que enfrentam. No entanto, carecem de um partido revolucionário que os organize para defenderem seus empregos. Os trabalhadores estadunidenses terão de se mobilizar também para terem seus empregos de volta. Mas também lhes falta o partido revolucionário. De maneira geral em todo o mundo, os trabalhadores carecem de uma organização revolucionária. Falta-lhes o partido, mas há o programa revolucionário, forjado pela IV Internacional: o Programa de Transição, que combina reivindicações elementares (emprego e salário) com a estratégia de derrubada do capitalismo. Uma de suas reivindicações para o contexto de crise é a resposta certa a ser dada pelos trabalhadores de todo o mundo: EMPREGO A TODOS, ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO!

A Escala Móvel das Horas de Trabalho consiste na divisão das horas de trabalho entre os trabalhadores aptos a trabalharem, sem redução de salário. Os burocratas sindicais de direita e de esquerda dizem que essa reivindicação não pode ser levantada porque “as massas não estão preparadas”. A isso respondemos: as massas estão preparadas para o desemprego, para caírem de vez na miséria, enfim, na barbárie? A importância das reivindicações do Programa de Transição, incluindo a Escala Móvel, é justamente o fato delas combinarem as reivindicações vitais das massas com a estratégia do fim do capitalismo.

É por meio da luta intransigente pela aplicação da Escala Móvel (combinada com defesa do Salário Mínimo Vital e outras reivindicações de garantia da vida) que os trabalhadores se chocarão com os interesses dos capitalistas e avançarão para impor o programa da classe operária.